

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E**  
**DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**DIEGO VACCARI MOREIRA**

**A valorização do estudo do Lugar: uma proposta a inserção da**  
**Geografia de São Mateus-ES no currículo da rede municipal de ensino**

SÃO MATEUS-ES

2015

**DIEGO VACCARI MOREIRA**

**A VALORIZAÇÃO DO ESTUDO DO LUGAR: UMA PROPOSTA A  
INSERÇÃO DA GEOGRAFIA DE SÃO MATEUS-ES NO CURRÍCULO DA  
REDE MUNICIPAL DE ENSINO**

**Dissertação apresentada à Faculdade Vale do Cricaré para obtenção  
do título de Mestre Profissional em Gestão Social, Educação e  
Desenvolvimento Regional.**

**Área de Concentração: Gestão Social, Educação e  
Desenvolvimento Regional I.**

**Orientador: Professora Dr<sup>a</sup>. Nara Cuman Motta**

**São Mateus**

**2015**

M835v

MOREIRA, Diego Vaccari.

A valorização do estudo do Lugar: uma proposta a inserção da Geografia de São Mateus-ES no currículo da rede municipal de ensino. /Diego Vaccari Moreira– São Mateus -ES, 2015.

96f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2015.

Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nara Cuman Motta.

1. Currículo. 2. Geografia de São Mateus. 3. Espaço de Vivência. I. Título.

CDD: 372.19

**DIEGO VACCARI MOREIRA**

**A VALORIZAÇÃO DO ESTUDO DO LUGAR: UMA PROPOSTA A  
INSERÇÃO DA GEOGRAFIA DE SÃO MATEUS - ES NO  
CURRÍCULO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, na área de concentração Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Aprovado em 21 de Março de 2015.

**COMISSÃO EXAMINADORA**



---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. NARA CUMAN MOTTA**  
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)  
Orientadora



---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. SÔNIA MARIA DA COSTA BARRETO**  
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



---

**Prof. Dr. SEBASTIÃO PIMENTEL FRANCO**  
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

## AGRADECIMENTOS

A **DEUS** pelo privilégio de realizar um Mestrado. Um sonho de doze anos...

A minha esposa **LUIZA**, por todo incentivo dado nesses dois anos em todos os sentidos, inclusive na correção textual...

Aos meus pais e irmãos, hoje distantes, mas incentivadores da minha vida acadêmica.

A orientadora Nara, sempre paciente...

A Professora Sônia, pelas valiosas sugestões na qualificação.

Ao Professor Sebastião por aceitar o convite de avaliar este trabalho.

Aos colegas da Coordenação de Área da SME – São Mateus, que sempre me apoiaram no mestrado e deram diversas sugestões.

Aos colegas dos grupos de trabalho nas nove disciplinas que vencemos... Márcia, Lorena, Laís e Laise.

Aos amigos do almoço de sábado longe de casa e de outros momentos... Silvio, Nadir, Jean (geógrafo), Cida e Rogilene.

A todos os meus alunos, ex-alunos e colegas de profissão na Educação.

A cidade não conta o seu passado, ela o contém.

**Italo Calvino**

## RESUMO

MOREIRA, Diego Vaccari.

**A valorização do estudo do lugar: uma proposta a inserção da Geografia de São Mateus-ES no currículo da rede municipal de ensino.** Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional). Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, ES, 2015.

Esse trabalho vem discutir a possibilidade dos estudos locais nas aulas de Geografia do Ensino Fundamental II na rede municipal de ensino do município de São Mateus- ES. Baseado na legislação federal e na lei orgânica, essa pesquisa investiga a pertinência do Espaço de Vivência como método de estudo para o melhor entendimento geográfico dos educandos associado a sua evolução teórica nos aspectos visíveis e do cotidiano das paisagens. Nesse sentido, esse trabalho buscou não apenas inserir os conteúdos oficiais, mas refletir nos processos identitários do espaço escolar mateense. Assim, essa dissertação analisou a princípio as condições da escola e do ensino de Geografia no Brasil, juntamente com a recepção acadêmica dessa ciência e sua apropriação pelo Estado. Nessa mesma linha, houve a contextualização do ensino renovado da Geografia no Brasil e a valorização do Espaço de Vivência por pesquisadores e pelo próprio MEC no ensino de Geografia e seu caráter fenomenológico. Em seguida, foi observada a organização do ensino proposto pelos Planos Curriculares Nacionais em Geografia para articulação com os conteúdos de ordem local. A pesquisa em si se deu em caráter bibliográfico, onde foram discutidas as principais características do território mateense e selecionados os principais conteúdos a serem trabalhados. Em seguida, houve uma associação da pesquisa aos ciclos e eixos dos PCN's com o objetivo de ofertar uma proposta curricular coerente com o interesse dos alunos e a evolução dos conceitos adquiridos na fase do ensino fundamental II. Por fim, o trabalho apresenta um conjunto de tabelas onde são discutidos os conteúdos locais da geografia do lugar articulados aos conceitos geográficos de cada série e fundamentando-os nas interações com outras linhas de conhecimentos.

**Palavras-chave:** Currículo; Geografia de São Mateus; Espaço de Vivência.

## ABSTRACT

The appreciation of the place's study: **A proposal to insert the Geography from São Mateus in the curriculum of local schools**. Dissertation (Master in Social Management, Education and Regional Development). Vale do Cricaré College, São Mateus, ES, 2015)

This academic work intends to discuss the possibility of local studies for middle school students during the Geography classes in the municipal schools. Based on federal and organic legislation, this research investigates the relevance of the Living Space as a study methodology idealized for the students' best geographical understanding associated to their theoretical evolution in the visible aspects and their daily life landscapes. Thus, this study aimed not only to insert the official curriculum but to reflect over the identity processes in São Mateus' school environment. Therefore, this dissertation discussed, at first, the conditions of the Geography education in Brazil, articulated to the academic reception of this science and its appropriation by the State. In the same way, there was the contextualization of a renovated geography teaching in Brazil and the appreciation of the Living Space by researchers and even by the MEC itself in the Geography teaching and its phenomenological character. Then the teaching organization proposed by the National Curriculum Plan in Geography for articulation with the local content was observed. The methodology applied to this research was the bibliographic one, in which the main features from the territory of São Mateus were discussed and the most important subjects to be applied in classroom were selected. Then there was an association between this research and the cycles and axes from the National Curriculum Plan in order to offer a curriculum proposal compatible to the student interests and to the evolution of the concepts acquired during the middle school stage. Finally the paper presents a set of tables in which the local contents from the place's geography are discussed articulated to the geographical concepts from each grade and basing them in the interactions with other fields of knowledge.

**Key words:** Curriculum, Geography from São Mateus and Living Space.

## LISTA DE ABREVIATURAS

CEUNES	Centro Universitário Norte do Espírito Santo
DNOS	Departamento Nacional de Obras e Saneamento
ENG	Encontro Nacional de Geografia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFES	Instituto Federal do Espírito Santo
IJSN	Instituto Jones dos Santos Neves
INCAPER	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
INE	Instituto Nacional de Estatística
LDBEN	Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais
SME	Secretaria Municipal de Educação
USP	Universidade de São Paulo

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Modelo de inserção do estudo do lugar na organização curricular .....	58
QUADRO 2 – Temas relevantes da Geografia de São Mateus no Terceiro Ciclo dos PCN's.....	75
QUADRO 3 – Temas relevantes da Geografia de São Mateus no Quarto Ciclo dos PCN's .....	75
QUADRO 4 – Uso dos conceitos geográficos no ensino da Geografia de São Mateus ....	76
QUADRO 5 – Abordagem geral do Programa de Ensino de Geografia na rede municipal de ensino e suas possibilidades de interação com a Geografia de São Mateus .....	78
QUADRO 6 – Aspectos territoriais e regionalização mateense .....	79
QUADRO 7 – Os sub-temas dos aspectos territoriais e regionalização mateense .....	79
QUADRO 8 – Aspectos naturais de São Mateus .....	80
QUADRO 9 – Os sub-temas dos aspectos naturais de São Mateus .....	81
QUADRO 10 – A urbanização de São Mateus .....	82
QUADRO 11 – sub-temas da urbanização de São Mateus .....	82
QUADRO 12 – Territorialidade rural mateense .....	83
QUADRO 13 – Os sub-temas da territorialidade rural mateense .....	83
QUADRO 14 – Impactos ambientais em São Mateus .....	84
QUADRO 15 – Os sub-temas dos impactos ambientais em São Mateus .....	84
QUADRO 16 – Economia mateense e sua participação nas redes globais .....	85

QUADRO 17 – Os sub-temas da economia mateense e sua participação nas redes globais .....	86
---	----

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- Evolução da Pirâmide Etária de São Mateus: 2000-2010 .....	70
---	----

## LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - Divisão Distrital de São Mateus-ES .....	63
MAPA 2 - Expansão Urbana de São Mateus-ES .....	67

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	16
<b>1. CONDICIONANTE TEÓRICO DO ENSINO DA GEOGRAFIA DO LUGAR E SUAS PERSPECTIVAS CURRICULARES .....</b>	<b>21</b>
1.1. A Formação da Geografia como ciência moderna: Contextualização .....	21
1.2. A Geografia Escolar no Brasil.....	24
1.3. O Espaço de Vivência, a(s) identidade(s), a escola e o ensino de Geografia.....	31
1.4. O Currículo, o poder e a Geografia.....	38
1.5. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) em Geografia e o ensino da Geografia de São Mateus.....	44
1.6. Referencial teórico.....	55
<b>2. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA .....</b>	<b>57</b>
<b>3. A INSERÇÃO DA GEOGRAFIA DE SÃO MATEUS NO CURRÍCULO MUNICIPAL .....</b>	<b>61</b>
3.1. Análise das principais características do território municipal mateense.....	61
3.1.1. Elevada extensão territorial e consequência na divisão regional/distrital.....	61
3.1.2. Formação territorial .....	62
3.1.3. Territorialidade e produtividade rural.....	64
3.1.4. Centralidade regional, prestação de serviços/consumo.....	65
3.1.5. Crescimento urbano.....	66
3.1.6. A evolução da economia mateense e os tempos da globalização.....	68
3.1.7. Diversidade cultural/demográfica/religiosa.....	69
3.1.8. Diversidade natural.....	71
3.1.8.1. Relevo.....	71
3.1.8.2. Clima.....	71
3.1.8.3. Hidrografia.....	71
3.1.8.4. Vegetação.....	72
3.1.8.5. Solo.....	72
3.1.9. Impactos Ambientais .....	72
3.1.9.1. Impacto na Mata Atlântica.....	72
3.1.9.2. Impacto litorâneo.....	73
3.1.9.3. Outros impactos .....	73
3.2. Conceitos estruturantes a evolução cognitiva do conhecimento geográfico local.....	74

3.3. Proposta de inserção curricular por conteúdos.....	77
3.3.1. As temáticas geográficas mateenses no currículo municipal.....	78
CONCLUSÃO.....	88
REFERÊNCIAS .....	91
APÊNDICE.....	95
ANEXO.....	96

## INTRODUÇÃO

Em 1996 com a elaboração da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN), foi estruturado um referencial administrativo e pedagógico para o ideal funcionamento da educação brasileira no que tange as esferas municipal, estadual, distrital e federal. O Artigo 26 institui a obrigatoriedade de inserir no plano de curso os estudos locais-regionais nas diversas disciplinas que compõem a grade curricular da rede municipal de ensino. Observe o Artigo da Lei Federal nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996).

Dois anos depois, a municipalidade aprova a lei orgânica que obriga os estudos da Geografia e da História de São Mateus no currículo escolar do Ensino Fundamental. Essa legislação estabelece a análise descritiva do espaço como determinante pedagógico estabelecendo certa identidade localista aos professores e estudantes sem definição do método pedagógico e a linha acadêmica a ser seguida. Observe abaixo trechos da lei municipal nº 583/98:

Art. 1º - É obrigatório o ensino e a inclusão da matéria "História e Geografia do município de São Mateus" na grade curricular das Escolas de 1º e 2º Graus da rede municipal de ensino.

Art. 2º - O ensino de "História e Geografia do município de São Mateus", constituir-se-á em aulas práticas e teóricas.

§1º - As aulas deverão abordar, entre outros, aspectos históricos, econômicos, ambientais e sociais, registrados através dos tempos desde a fundação do município.

§2º - As aulas práticas terão finalidade de levar os alunos ao contato com os locais históricos e acidentes geográficos, bem como, para o reconhecimento de áreas de interesse ambiental. (São Mateus, 1998)

Mesmo com essa obrigatoriedade, após dezesseis anos, em 2014, o conteúdo foi apontado como parte do plano de ensino dessa rede nas séries finais do ensino fundamental na disciplina de Geografia, deixando durante todo esse tempo a cargo do professor dinamizar suas aulas para que a temática fosse efetivada nas escolas, sem acompanhamento do poder público (SÃO MATEUS, 2014). Essa falta de articulação

pedagógica e a deficiência de produção de material didático dificultaram, durante muito tempo, o real objetivo da legislação e produziu por um razoável período, uma falta de articulação do conhecimento espacial multiescalar, reproduzindo uma compreensão geográfica abstrata à espacialidade vivida.

Hipoteticamente, a baixa utilização dessa temática gera uma ampla discussão para a sua oficialização no currículo municipal e sua utilização. Por meio desta análise, a inserção dos diversos estudos do espaço municipal deve se organizar de acordo com os parâmetros pedagógicos e a capacidade intelectual do aluno na recepção e interação com determinado conhecimento. Desta forma, a proposta curricular deverá indicar as especificações dos conteúdos regionais de acordo com as séries. Para isso, é visível o estudo do conhecimento geográfico pela dinâmica das redes globais, proposto por Haesbaert (2004), pois o estudo do lugar não pode se apresentar como elemento isolado no espaço, como algo pronto e inflexível, e sim abrangente e aberto as possibilidades de metamorfoses de suas paisagens ao longo do tempo. Assim como Massey (2008) considera a relevância da análise da interação dos lugares por meio de sua abertura e permeabilidade aos processos multiescalares.

Com isso, a proposta curricular além de manter os estudos conceituais pertinentes a ciência geográfica, deve analisar os eventos em escalas abrangentes para a própria visão de totalidade espacial, ampliando seus conhecimentos do espaço construído e vivido no sentido de desenvolvimento do potencial da compreensão espaço-sensorial do aluno. Essa valorização do espaço vivido, como método de ensino, é indicada por Gomes (1996, p.320) da seguinte forma:

A ciência geográfica, definida pelo viés do espaço vivido, não tenta criar leis nem observar regularidades generalizadoras. Seu ponto de partida, é ao contrário, a singularidade e a individualidade dos espaços estudados. Ela também não procura avançar resultados prospectivos e normativos, como as ciências ditas racionalistas. Seu objetivo principal é fornecer um quadro interpretativo às realidades vividas espacialmente. A objetividade não provém de regras estritas de observação, mas do uso possível das diversas interpretações na compreensão do comportamento social dos atores do espaço.

Na rede de ensino municipal de São Mateus-ES, no que se refere ao ensino de Geografia de São Mateus, foi verificada uma grande dificuldade para o cumprimento da legislação pertinente. Assim, essa pesquisa além de levantar o debate referente os fatores que determinam a irrisória utilização da Geografia de São Mateus-ES na prática de ensino das escolas da rede municipal, propõe a elaboração de um direcionamento curricular que

tenha como propósito a organização de conteúdos específicos para as séries finais do ensino fundamental na qual compreendam o estudo da Geografia em sua articulação as diversas escalas que se interagem e reformulam as especializações. Essas escalas devem compreender o estudo dos agentes globais que influenciam o espaço mateense e sua reciprocidade no funcionamento das redes de ordem internacional.

Segundo Santos (1996), com o advento do período técnico-científico-informacional, e o dinamismo dos fluxos de pessoas, ideias e mercadorias, ao que denominamos Globalização, o Lugar vem alterando nas últimas décadas a sua forma e função na ordem econômica e social. Essas mudanças nos remetem a uma compreensão da Geografia do Lugar voltada para a sua ação/participação na escala regional, nacional e global. Essa dinâmica espacial caracteriza o lugar pelo potencial técnico a que ele se apresenta. Assim, a análise pedagógica do Lugar deve articular e compreender a função desse ponto no fluxo de mercadorias, ideias, culturas, entre outros, que dão razão de ser ao espaço. Essa apropriação do Lugar pela técnica em diferentes níveis é refletida como uma expansão da técnica (desterritorializada) alterando a forma e função do espaço (reterritorializada) como se pode observar abaixo em Santos (1996, p.152):

Pode-se, então refletir a uma “desterritorialização” das técnicas, que após se instalarem no seu novo meio e formarem sistema com as técnicas preexistentes, conhecem o que se pode intitular de “reterritorialização”. Daí por diante, o movimento local das técnicas deixa de ser apenas horizontal, antropológico, e recebe uma influência, um componente vertical, incluindo o lugar numa história técnica e social mais abrangente.

Essa abordagem de Santos aponta a fragilidade acadêmica da lei municipal 583/98<sup>1</sup>. A análise do lugar deve compreender além da descrição de acidentes geográficos. O principal desafio no estudo do lugar pela Geografia passa pelo entendimento do complexo técnico e tecnológico no qual o espaço em questão vem absorvendo ao longo do tempo. Essa verificação emerge a compreensão espacial crítica e tem sua existência atrelada aos fluxos provenientes de outros espaços, eximindo assim o estudo do lugar pelo lugar.

---

1. A lei municipal número 583/98, impõe o estudo do lugar sem contribuir com a pertinência de sua efetivação. Tendo em vista o ensino crítico da Geografia proposto por Santos e permeado nos planos de ensino de Geografia, inclusive o PCN, a lei apresenta termos de utilização metodológica usualmente descritivos, sem contribuir com a real importância do estudo do espaço de vivência. É o estudo do lugar pelo lugar, sem justificativa. Cabe aos pesquisadores, professores e o poder municipal, contribuir com uma proposta da temática nas escolas de forma mais coerente e produtora de um estudo que leve a reflexão da identidade do aluno/cidadão. A lei na íntegra encontra-se no anexo desse trabalho.

Com isso, essa análise busca propor uma organização curricular que atenda a realidade espacial vigente, articulando os conteúdos seriados em uma noção reticular, onde o espaço nunca seja estudado de forma isolada e onde os seus parâmetros sejam questionados por diversos campos da ciência, rompendo assim, por exemplo, a clássica dicotomia entre a Geografia Física e a Humana na verificação do espaço local.

Desta forma, a análise se caracteriza como bibliográfica, onde são apontados conteúdos pressupostos para o estudo de diversos aspectos do espaço pelas séries dos alunos (pensada aqui entre os alunos do Ensino Fundamental II), e propondo uma ordem de conteúdos no currículo municipal em Geografia. Essa ordem não advém de uma verticalização, pois o currículo não compreende apenas uma lista de conteúdos, mas uma proposta que venha como um saber relacionado aos diversos aspectos antropológicos, sociais, econômicos, ambientais e culturais do espaço mateense. Além dessa proposta, a análise indica um material didático (Apêndice A) baseado no programa de ensino, fundamentada de acordo com o potencial do educando de absorção didática da temática atrelada a conteúdos pressupostos, para que o desempenho do estudante seja positivo, respeitando a sua série e faixa etária (SÃO MATEUS, 2013).

Na estrutura atual da rede de ensino de São Mateus, 21 escolas atuam nas séries finais do Ensino Fundamental sendo 09 localizadas no meio rural e 12 no meio urbano. A falta de um projeto amplo, coerente e definido sobre o delineamento pedagógico no estudo do território municipal remete a pertinência dessa análise. O conhecimento do espaço vivido é de vital importância no gradual desenvolver do estudante em seu saber geográfico, muitas vezes ligado ao conhecimento escalar e cartográfico. Para romper esse empecilho, houve uma busca na alfabetização cartográfica que deve iniciar na gênese da vida escolar dos estudantes para melhor apropriação da visão de totalidade geográfica como um processo pedagógico. Assim, a produção por parte dos estudantes das cartas do lugar em sua afetividade e sua compreensão escalar é válido para a criança. A análise de Crastogiovanni (2000, p.30-1) exalta a importância dessa abordagem:

As noções, relações e coordenações espaciais são construídas inicialmente através da tomada de consciência do corpo (objeto referencial) pelo indivíduo sujeito.(...) Para que uma criança se oriente no espaço, é necessário que se oriente no seu próprio corpo .

A crítica à organização do ensino da rede municipal nas séries referidas, passam pela irregularidade do saber geográfico, ignorando as características do estudante como elemento ativo no processo ensino-aprendizagem, em que os planos de ensino em Geografia desconsiderem as etapas evolutivas da compreensão escalar (cartográfica/geográfica) que o estudante deve construir em sua trajetória escolar. Com isso, muitas vezes o espaço vivido é abordado na sala de aula sem conexão com os eventos presentes em outras escalas do acontecer geográfico. Desta forma, há um saber fragmentado e descontínuo, rompendo etapas e desestruturando o conhecimento espacial por parte do educando.

Outra análise a ser levantada é a evolução do conhecimento científico geográfico e a sua iniciação como política de estado por meio da Geografia Escolar, apontando as diferenças, propósitos e conflitos de ambos, associando a formação do professor como receptor desses dois modelos de saber geográfico, apontados na bibliografia de Lacoste (2003), onde este analisa o uso do conhecimento geográfico como elemento de poder dos Estados e sua funcionalidade nas escolas. Outro ponto de revisão bibliográfica passa pela verificação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) proposto pelo Governo Federal em 1998. Desta forma é necessário estabelecer um projeto de alinhamento entre as abordagens do espaço mateense, interagindo com as bases nacionais de ensino referenciado nos PCN's. Essa abordagem visa enquadrar as diferentes temáticas da Geografia de São Mateus-ES de acordo com os pré-requisitos de cada série do Ensino Fundamental II na disciplina de Geografia. Para isso é imprescindível sua minuciosa análise para essa associação entre as diretrizes que regulam o ensino da Geografia em âmbito nacional com as peculiaridades do espaço local.

Partindo dessa problematização e do levantamento bibliográfico, foram analisados as condições atuais do estudo da Geografia de São Mateus nas séries finais do Ensino Fundamental da rede de ensino municipal de São Mateus-ES e a sua inserção no currículo escolar. Assim, esse trabalho, visa à análise da real necessidade de aplicação dos conteúdos identitários no ensino da rede municipal, sua fundamentação teórica e a proposta pedagógica a ser realizada.

## 1. CONDICIONANTE TEÓRICO DO ENSINO DA GEOGRAFIA DO LUGAR E SUAS PERSPECTIVAS CURRICULARES

### 1.1. A formação da Geografia como ciência moderna: Contextualização

A abrangência da análise geográfica colocou durante muitos anos, a geografia como uma ciência de síntese das demais, pois esta pontuaria as características sociais, antropológicas, econômicas, demográficas, climáticas, geológicas, entre outros num caráter estritamente descritivo, onde a configuração de informações cumulativas sobre uma determinada região, em seus vários aspectos, seria a razão de ser da Geografia. A própria etimologia nos induz a uma descrição da terra, usada muitas vezes por desbravadores de um mundo no qual espaços iriam ainda ser conhecidos, dominados e deslumbrados pelo imaginário humano. Heródoto, Humboldt e grandes navegadores como Cristovão Colombo e Fernão de Magalhães, partiam não apenas de uma nova visão cartográfica do mundo conhecido para a Europa hegemônica, mas uma “geograficidade” que passa a reunir diversos outros elementos naturais e sociais do espaço que explicitam a ampla diversidade do planeta (MORAES, 1999).

Já no século XIX, as sociedades geográficas realizaram diversas excursões a Ásia, África e Oceania, a fim de levantar as características etnográficas, o potencial natural e a precisão cartográfica para se apropriarem dessas regiões como apêndices de territórios europeus, como assim faziam principalmente belgas, britânicos e franceses (MOREIRA, 2009). Nessa busca pela definição da Geografia como ciência moderna no século XIX, Moraes (1999, p. 04) expõe:

Alguns autores definem a Geografia como estudo da superfície terrestre. Esta concepção é a mais usual, ao mesmo tempo, a de mais vaguidade. Pois a superfície da Terra é a teatro privilegiado (por muito tempo o único) de toda reflexão científica, o que desautoriza a colocação de seu estudo como especificidade de uma só disciplina. (...) Esta concepção origina-se nas formulações de Kant. Para este autor, haveria duas classes de ciências, as especulativas, apoiadas na razão, e as empíricas, apoiadas nas observações e nas sensações. Ao nível das segundas, haveria duas disciplinas de síntese, a antropologia, síntese de conhecimentos relativos ao homem, e a Geografia síntese de conhecimentos sobre a natureza. Desta forma, a tradição kantiana, coloca a Geografia como uma ciência sintética (que trabalha com dados de todas as demais ciências), descritiva (que enumera os fenômenos abarcados) e que visa abranger uma visão de conjunto de planeta.

O conhecimento geográfico se transforma em elemento de dominação (LACOSTE, 1993), onde cada vez maior for a caracterização minuciosa do espaço além, maior capacidade uma determinada organização sociopolítica (principalmente o Estado) se efetivará para expandir suas fronteiras e determinar seu controle imperial. Nesse contexto, as escolas francesas e alemãs disseminarão teorias geográficas que fundamentarão as práticas de seus Estados e ao mesmo tempo esboçar o corpo acadêmico da Geografia, definindo-a como um campo da ciência com métodos e conceitos próprios.

Especificamente a Geografia alemã se define no contexto do capitalismo industrial e a unificação territorial dos povos germânicos. Vende-se um ideal unitário em um ambiente de diversidade de povos e culturas estão cada vez mais integradas com as apropriações de técnicas e tecnologias vigentes nessa fase do capitalismo do século XIX. Buscava-se potencializar a confederação a ideia positivista de progresso capitalista as bases de um recém criado estado centralizado politicamente entre prussianos e austríacos. O expansionismo era a base do discurso do desenvolvimento subjugado a criação ideológica de um Estado de pluralidade cultural, porém com potencial hegemônico, onde a nova burguesia buscava desconfigurar o poder político e econômico das regiões agrícolas do centro da Europa (MORAES, 1999).

A escola alemã tem como referências nessa fase acadêmica Ritter, Humboldt e Ratzel. Este último elabora uma teoria de intenso uso geopolítico e de grande carga ideológica, mas fundamental para a compreensão científica da Geografia. Para Gomes (1996, p. 185) esta consistia:

Em sua obra Antropogeografia, Ratzel pretendeu demonstrar a necessidade das relações entre os diversos gêneros de comunidades concebidas como organismos, constituída em forma de comunidades e seus meios naturais(...) Esta pesquisa foi conduzida dentro de um espírito de objetividade, utilizando as categorias gerais da biologia da época e recorrendo a História como terreno de verificação das ciências sociais. A análise de Ratzel descrevia vários gêneros de dinâmicas territoriais, tentando traçar um quadro geral ou um modelo para essas dinâmicas. Ele se interessava sobretudo pela relação solo/cultura e pensava ser capaz de estabelecer leis regulares explicativas, isto é, seu objetivo final era construir uma teoria espacial positiva.

Com a definição do objeto de estudo da ciência geográfica, percebe-se que a Geografia alemã, com um viés positivista, busca um método próprio de análise espacial, onde ao mesmo tempo em que utiliza o discurso determinista para justificar o expansionismo alemão e o crescimento econômico da nação, produz para a academia a solidificação do espaço como objeto de estudo fundamental na episteme geográfica. Com o darwinismo

em moda no século XIX, a associação do espaço como algo orgânico e mutável condicionam a análise sociedade/natureza elemento primordial para o conhecimento das temporalidades do espaço.

Na contramão da Geografia determinista alemã, a escola francesa, utiliza-se de um discurso mais social e cultural da espacialidade, sem perder seus fundamentos nacionalistas, pois a ciência geográfica nesse importante período de “homologação” acadêmica não se faz com neutralidade. Assim, a Geografia francesa tem em Paul Vidal de La Blache seu principal precursor. Vidal estabelece a Geografia regional como possibilidade de conhecer detalhadamente o espaço em questão a partir da continuidade do mundo conhecido, ao mesmo tempo em que humaniza o espaço centralizando a civilização, as marcas culturais como vetores da construção dos lugares. Desta forma, a escola francesa se abstém da causalidade orgânica na qual os espaços estariam condicionados, mas estes são híbridos e possíveis de diversas formas de funções a partir da interação sociedade e natureza. Essa escola insere no pensamento geográfico o argumento da neutralidade científica e conseqüentemente a não politização dessa ciência. A grande produção acadêmica se volta para os estudos regionais monográficos com o objetivo de buscar leis gerais que condicione as diferenças espaciais. Nessa relação homem-natureza, o discurso da escola lablachiana enfatizava a Geografia como ciência dos lugares e não dos homens (MORAES, 1999). A Geografia brasileira, em sua fundação acadêmica (década de 1930), foi intimamente influenciada pelos pressupostos da Geografia francesa, como veremos posteriormente.

Já em meados do século XX, a Geografia Teorética busca o conhecimento dos territórios através da quantificação e sistematização dos estudos. Este modelo, impulsionado no período da Guerra Fria, foi muito utilizado no Brasil e por outros países a fim de camuflar a discussão social do espaço, reduzindo a análise geográfica a dados estatísticos. Esse método buscava planejar o território através da sua quantificação e suas possibilidades de crescimento, muito utilizado na demografia (crescimento vegetativo e explosão demográfica), geomorfologia (teoria dos sistemas), economia (crescimento cíclico do produto bruto), mobilidade (intensidade dos fluxos de mercadorias e pessoas), climatologia (dados/previsibilidade de temperaturas e pluviosidades), entre outros estudos conectados a compreensão espacial. Os Estados Unidos foram grandes disseminadores do método quantitativo nessa ciência (MORAES, 1999).

Na crítica ao modelo quantitativo, surge na década de 1960, a chamada Geografia Crítica ou Geografia Renovada. Concebida nos preceitos marxistas e compreendendo a dinâmica espacial como fruto das lutas sociais e resultados/resultantes da fragmentação territorial e social descrito nas paisagens (LEFEBVRE, 2004). Para essa nova Geografia o método quantitativo negligenciou a análise temporal, fundamental para a compreensão espacial.

No contexto das ditaduras em diversos países latino-americanos, a Geografia Crítica enaltece a reflexão do espaço como algo flexível e condicionante das apropriações de territórios por diversos atores capitalistas. Nesse sentido, a dinâmica espacial, independente de sua fluidez ou de sua dimensão, dá-se nos interesses do capital em sua mobilidade e expansão no século XX. Como afirmava Milton Santos em sua obra “Por uma Geografia Nova”: “É chegado o tempo em que uma nova geografia pode ser criada, porque o homem começa, um pouco em toda parte, a reconhecer no espaço trabalhado por ele uma causa de tantos dos males que o afligem no mundo atual” (1996, p. 262).

Em suma, essas mutações da ciência geográfica em seus diversos métodos de análise e na evolução de teorias específicas a esse campo acadêmico (como espaço, paisagem, lugar, região e território), condicionam a Geografia como ciência fundamental para a compreensão de nossa complexa sociedade e relevante para a formação de uma sociedade cidadã e atuante.

## 1.2. A Geografia Escolar no Brasil

As reflexões anteriores referentes à consolidação da Geografia como ciência foi fundamentada para a análise desse saber no âmbito pedagógico. Como ciência de síntese, a Geografia foi utilizada no meio escolar como estudo da grande diversidade regional do planeta, justificando-se na curiosidade de explorar a imensidão natural do mundo. Essa antiga concepção e prática educacional da Geografia nos remetem a uma passividade da compreensão espacial. Nessa lógica, o educando compreende o espaço como elemento fixo e imutável, onde o desenvolvimento escolar se dava por meio de acumulação de informações sobre os diversos modelos regionais.

Para essa afirmação, houve uma compreensão do ensino de Geografia no Brasil como resultado do paradigma dessa ciência no país. O marco da Geografia brasileira foi a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1934, durante o governo de Getúlio Vargas, a princípio com a sigla INE de Instituto Nacional de Estatística. O órgão representou para a Geografia nacional importante instrumento de geração de dados territoriais e forneceu conhecimentos a serem “didatizados” e aplicados nas escolas. Nesse mesmo ano, a Geografia é institucionalizada no ensino superior, muito por influência dos franceses Levi-Strauss, Pierre Monbeig e Defontaines, ao contribuir para a fundação da Universidade de São Paulo (USP) e do departamento de Geografia nessa instituição.

Assim, a Geografia brasileira emerge da influência francesa com forte tendência dos estudos regionais com métodos positivistas, onde o objetivo era caracterizar os aspectos espaciais dos lugares resultantes da interação homem/natureza. Esse modelo, utilizando dados quantitativos (fundamentados em grande parte pelo IBGE) exime do conhecimento geográfico a temporalidade crítica, o simbolismo e as dinâmicas das interações entre os lugares, onde de fato a própria categoria lugar se confundia com a região.

Nesse contexto da educação brasileira, a dinâmica social e política do país, da década de 1940 até os anos 1970, influenciaram diretamente o ensino dessa disciplina no Brasil e a profissionalização do professor de Geografia. As precárias condições de vida da maioria da população, o elitismo da escola, o alto índice de analfabetismo e os baixos salários, condicionaram os profissionais da área de Geografia a optarem por trabalhos em instituições privadas ou até outros segmentos do governo. Com a ditadura militar (1964-1985), o governo instituiu a lei nº 5.692/71 que extingue as disciplinas de História e Geografia unificando-as em Estudos Sociais.

Esses fatos nos remetem à compreensão do ensino de Geografia no Brasil apropriado pelas forças do Estado. Desta forma, a renovação da Geografia com influência marxista é minada dos bancos escolares. Ao mesmo tempo, o ensino da Geografia se apresentava para a sociedade como elemento de firmar o sentimento nacionalista, por meio de seus símbolos arraigados a um ufanismo alienado para a afirmação do Estado forte, centralizado e paternalista. Essa concepção não é privilégio da história da educação brasileira, nem do ensino de Geografia no Brasil.

O francês Yves Lacoste (1993, p.26-7), reflete tal apropriação do conhecimento geográfico por parte do Estado em suas práticas ideológicas no mundo:

Hoje ainda, em todos os Estados, e, sobretudo nos novos Estados recentemente saídos do domínio colonial, o ensino de Geografia é, incontestavelmente, ligado a ilustração e a edificação do sentimento nacional. Que isso agrade ou não, os argumentos geográficos pesam muito forte, não somente no discurso político (ou politizado), mas também na expressão popular da idéia de pátria, quer se trate de reflexos de uma ideologia nacionalista invocada pelos coronéis, uma pequena oligarquia, uma “burguesia nacional”, uma burocracia de grande potencia, ou se refira aos sentimentos do povo vietnamita. A idéia nacional tem algo mais que conotações geográficas; ela se formula em grande parte como um fato geográfico: o território nacional, o solo sagrado da pátria, a carta do Estado com suas fronteiras e capital, é um dos símbolos da nação.

Essa ação política é universalizada com o propósito da afirmação do poder nacional, aliado ao imaginário social, e com a empirização do Estado em suas diversas formas no cotidiano. Outro teórico que discute amplamente a questão da afirmação nacionalista é o jamaicano Stuart Hall (2010, p.50) que analisa a questão na perspectiva da solidificação da identidade nacional em uma sociedade. Assim este afirma:

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos.

O reconhecimento do indivíduo sobre o grupo social ao qual pertence perpassa pela ideologia e pelos elementos do cotidiano o agrupando em unidade. Essas definições, muitas vezes articuladas por um projeto maior, utilizam a linguagem e a padronização, ou sua tentativa, em uma determinada cultura. Com isso, a nacionalização é um processo educacional, curricular, onde a linguagem pode manifestar a homogeneização tão importante para a definição dessa unidade identitária, que no caso do Brasil abrange um extenso território e uma ampla população. O mesmo Hall (2010, p.49-50) aborda a questão da seguinte forma:

A formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetizações universais, generalizou uma língua vernacular como o meio dominante de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional. Dessa e de outras formas, a cultura nacional se tornou uma característica chave da industrialização e um dispositivo da modernidade.

Repare que a análise de Hall se enquadra no contexto do Brasil de meados do século XX até os anos de 1980. Nessa época, a política nacional centralizava uma ideologia de modernidade e integração territorial baseado nos preceitos positivistas e do capitalismo pós-guerra, onde talvez o Plano de Metas do governo Kubitscheck seja o melhor exemplo. A noção de modernização se dá pela maximificação da produção aliada à tecnologia

industrial e ao consumo que sustentarão a dinâmica da produção. Essa nova realidade traz para o país uma identidade vencedora, diluindo a ideia da inferioridade do povo brasileiro até a década de 1950 (o famoso “complexo de vira-latas” de Nelson Rodrigues) impondo ao cotidiano do brasileiro uma sociedade urbana, pujante, expansiva, produtivista, competitiva e consumista. Essa ruptura social e a exaltação da ideologia nacional refletem no campo educacional e nas aulas de Geografia. Outro ponto fundamental que pode ser entendido como padronização das práticas educacionais no país é o fato da nação brasileira ter como seu elo unificador o uso do mesmo idioma, em um território superior a 8,5 milhões de Km<sup>2</sup>.

A prática educacional de uma Geografia passiva e neutra nessa época não interessava aos alunos, reduzindo a capacidade dessa área do conhecimento na politização dos jovens. Associado a Geografia Teorética, o ensino no Brasil se reduziu a verificação de dados e memorização dos aspectos naturais e humanos em caráter regional. A descontextualização dos saberes dentro da própria Geografia escolar e a ausência da prática educacional aproximada entre o professor e o aluno, reduziu essa disciplina durante décadas a uma área do conhecimento periférica no currículo nacional.

Nesse embate político frente à redução do educando a um simples receptor de conteúdos, a figura do educador Paulo Freire é crucial, em que esse faz uma abordagem social da educação, questionando os métodos de ensino vigente e propondo um saber harmonioso e livre do autoritarismo dado ao distanciamento entre a educação institucional e o aluno. O educando se colocava na situação de opressão, já que, a forma de crescimento intelectual, através da normatização da escola, colocava-o como agente passivo nesse processo onde o saber e o poder (quase sempre associados) posicionaram o aluno na parte mais baixa da pirâmide educacional. Nessa crítica metodológica Paulo Freire (1987, p.34) em sua obra *Pedagogia do Oprimido* expõe:

O educador se põe a frente do educando como sua antinomia necessária. Reconhece na absolutização da ignorância daqueles a razão de sua existência. Os educandos, alienados por sua vez, a maneira do escravo na dialética hegeliana, reconhecem em sua ignorância a razão da existência do educador, mas não chegam, nem sequer ao modo do escravo naquela dialética, a descobrir-se educadores do educador. (...) Daí que tal forma de educação implique na superação da contradição educador-educandos, de tal maneira que se façam ambos, simultaneamente, educadores e educandos.

A partir da década de 1980, com a redemocratização do país e o intenso debate para a renovação da Geografia (destaque para o Encontro Nacional de Geografia/ ENG em 1978), essa realidade começa a se alterar. A dinâmica da ordem geopolítica muda no fim dos anos 1980 com o fim da Guerra-Fria, estabelecendo um novo formato de compreensão espacial, onde a desconfiguração do poder e a transição para um mundo incerto (mesmo com a teoria do intelectual nipo-americano Fukuyama, premeditadamente decretar “O fim da História”), gerava novas perspectivas sobre os paradigmas do ensino de Geografia (VESENTINI, 2003). Essa nova realidade internacional, a crescente discussão da renovação do pensamento geográfico no Brasil e o menor controle do Estado sobre o que se ensinar na escola, possibilitou a implantação, mesmo que gradativa, de uma nova Geografia escolar no país. A partir dos anos 1990, o ensino de Geografia passa a ser cada vez menos conteudista e normativo e valoriza as habilidades e competências dos alunos. Nesse sentido, a relação professor-aluno condiciona a este último sua possibilidade ao ativismo e criticismo perante a dinâmica espacial.

Com a Globalização<sup>2</sup>, e a nova espacialização vigente, a estrutura dos conteúdos geográficos não só passam a inserir esse conceito nas aulas, mas ao mesmo tempo tal processo modifica as formas de estudarmos outros conteúdos como a demografia, economia, a configuração regional em diversas escalas, a urbanização, entre outros. Essa ruptura advém da passagem da compreensão do mundo organizado em territórios definidos, com fronteiras rígidas para uma territorialidade reticular com a intensificação da porosidade espacial (CASTELLS, 1999).

O século XXI se inicia com a falta de definição de uma potência mundial pontuada cartograficamente, a multiplicidade dos aspectos e das mudanças (como a popularização da internet) do mundo cotidiano nos evoca a diversas possibilidades e configurações da ordem mundial. Compreendendo a intensa inter-relação entre os espaços; o lugar, a região, o Estado e o mundo, passam a ter novos sentidos. Haesbaert (2004, p.286-7) aponta essa nova organização do espaço da seguinte maneira:

---

2. A globalização compreendida no âmbito geográfico como as interações espaciais providas pelas diversas formas de uso da tecnologia, aproximando os lugares, intensificando suas relações independentemente do distanciamento espacial. Para alguns autores como Harvey (2008), esse novo formato da ordem internacional, possibilita uma multivivência de pontos geográficos em uma velocidade cada vez mais acelerada, nos dando a impressão de uma redução do espaço e do tempo.

Numa concepção reticular de território ou, de maneira mais estrita, de um território rede, estamos pensando a rede não apenas como mais uma forma (abstrata) de composição do espaço, no sentido de um “conjunto de pontos e linhas”, numa perspectiva euclidiana, mas como componente territorial indispensável que enfatiza a dimensão temporal-móvel do território, e que conjugada a “superfície territorial”, ressalta seu dinamismo, seu movimento, suas perspectivas de conexão...

Essa descentralização do poder territorial se reflete no cotidiano das aulas de Geografia. O estudo do espaço se apresenta como possibilidade de interação entre diversos lugares, mudando a rigidez do acontecer espacial. Dessa forma, essa rede condiciona a análise dos lugares em sua centralidade, como já afirmava Crustaller (1989, p.21) *apud* Correa:

[...] existem princípios gerais que regulam o número, tamanho e distribuição dos núcleos de povoados grandes, médias e pequenas cidades, ainda minúsculos núcleos semi-rurais, todos são considerados como localidades centrais. Todas são dotadas de funções centrais, isto é, atividades de distribuição de bens e serviços para uma população externa.

O acontecer geográfico local passa a ganhar espaço como saber pertinente, já que a “desordem” na hierarquia global causada pela globalização ratifica a importância dos lugares nesse contínuo processo. A escola assimila os aspectos dessa nova ordem no cotidiano do lugar e na própria mudança de hábitos da geração de estudantes. Ainda de acordo com Santos (1996), quando observamos o espaço banal, não podemos reduzir o local a uma efetivação da globalização pelo simples fato desse se enquadrar na lógica da distribuição de mercadorias e consumo. Essa ordem advém na manifestação cultural e na informação instantânea e multiescalar possibilitada pelas novas tecnologias.

Assim, a Globalização não deve ser compreendida como um conteúdo ou conceito específico da Geografia, mas como um agente de transformação do cotidiano do lugar no qual os estudantes participam. A sociedade global chegou a diversos espaços e a globalização só se concretiza pela conexão das redes onde os lugares devem ser entendidos como protagonistas.

Nesse mesmo caminho, Santos (2000, p.109) afirmava a pertinência dos estudos do lugar valorizando o espaço banal na participação das redes geográficas:

Esse espaço banal, essa extensão continuada, em que os atores são considerados na sua contigüidade, são espaços que sustentam e explicam um conjunto de produções localizadas, interdependentes, dentro de uma área cujas características constituem, também, um fator de produção. Todos os agentes são, de uma forma ou de outra, implicados, e os respectivos tempos, mais rápidos ou mais vagarosos, são imbricados. Em tais circunstâncias pode-se dizer que a partir do espaço geográfico cria-se uma solidariedade orgânica, o conjunto sendo formado pela existência comum dos agentes exercendo-se sobre um território comum. Tais atividades, não importa o nível, devem sua criação e alimentação às ofertas do meio geográfico local. Tal conjunto indissociável evolui e muda, mas tal movimento pode ser visto como uma continuidade, exatamente em virtude do papel central que é jogado pelo mencionado meio geográfico local.

Com isso, a globalização, em suas diversas manifestações, (econômica, tecnológica, de consumo, cultural e temporal) não pode ser subjugada a uma verticalização do espaço e sim as horizontalidades<sup>3</sup> que fazem do lugar e do cotidiano o centro do nosso mundo (SANTOS, 1996). O meio educacional, refletindo esse complexo de conversões hoje é cada vez mais sustentável em suas discussões e produção do conhecimento a partir do meio geográfico local, ou seja, do seu espaço de vivência.

Na perspectiva da Educação Libertadora de Freire, do avanço da Geografia Crítica a partir de 1978 e da maior autonomia curricular das redes de ensino e até das escolas, o ensino de Geografia possibilita o ativismo do aluno no cotidiano educacional e deve ser semeado nas aulas dessa disciplina. Elaborando uma ruptura do ensino tradicional de Geografia para aquele renovado e valorizando a experiência do aluno para a construção teórica. Assim, pontuamos as principais alterações que a Geografia escolar sofreu nessa ruptura entre a Geografia Tradicional e a Geografia Crítica ou Renovada: (VESENTINI, 2003).

a) Em relação à própria concepção de Geografia na sala de aula, elucidada pelo professor, a visão tradicional valorizava a descrição e memorização dos eventos espaciais, enquanto que a Geografia renovada busca fazer uma leitura crítica do espaço no qual o aluno está inserido e rompe com a dicotomia entre a Geografia Física e Humana.

---

3. O conceito de horizontalidades é discutido por Santos (2000), como o acontecer local, cotidiano, onde as relações se empirizam pela proximidade geográfica em sua peculiaridade, observando um certo distanciamento as ordem exógenas a reduzindo a um fato periférico da globalização, porém crucial nas relações financeiras, sociais e culturais do lugar. A horizontalidade nunca é plena, mas a grosso modo ela reduz a ordem exterior conhecida como as verticalidades.

- b) Com a Geografia Tradicional, a postura do professor se dá de forma autoritária, colocando-o como o único detentor do saber. Já na Geografia renovada, a aula se dinamiza de forma humanística e horizontalizada, onde o professor é um mediador do conhecimento.
- c) Quanto aos recursos didáticos a prática tradicional quase sempre utiliza o quadro e tem como base do planejamento das aulas o livro didático. Na renovação pedagógica da Geografia, além da parte textual, analisa-se paisagens, desenvolvem-se jogos, leituras de textos, visitas técnicas de campo e debates, onde há maior diversidade no planejamento das aulas e interação entre o professor e o aluno.

Atualmente, a Geografia, indiferente ao controle ideológico do Estado, pode se dedicar a compreender o mundo, pela percepção crítica da produção do trabalho humano como pressuposto para a compreensão das relações sociedade/natureza e os diversos aspectos das relações sócio-espaciais, valorizando o senso comum, o espaço de vivência e tendo uma prática pedagógica cada vez mais humanística e afetiva entre o professor de Geografia e seus alunos.

### 1.3. O Espaço de Vivência, a(s) identidade(s), a escola e o ensino de Geografia

A negligência na qual o lugar é abordado nas aulas de Geografia identifica não apenas um atraso epistemológico das práticas pedagógicas, mas também um desprezo a nova realidade cultural e tecnológica do cotidiano. A própria concepção de paisagem, refletida no primeiro ano das séries finais do ensino fundamental, necessita de uma discussão do lugar. A grande possibilidade de construção desse conceito pelo próprio aluno intensifica o potencial de afirmação das etapas do conhecimento a sua realidade, à medida que este descreve sua paisagem e a reflete como resultado da ação do trabalho humano e percebendo as suas intencionalidades, omissões, apropriações e funções. Nesse sentido, o senso comum poderá contribuir para a identificação desse conceito fundamental para a evolução do saber geográfico por parte dos educandos (BRASIL, 2010).

A identificação da paisagem local evoca a uma percepção concreta do espaço e concomitantemente permite a abstração da espacialidade quando o aluno, em um esforço intelectual, entende a temporalidade na qual a paisagem se condiciona atualmente. Assim, a compreensão da paisagem em sua minuciosidade, temporalidade e possibilidade, deságuam em um estágio em que o aluno terá capacidade de elaborar uma percepção de um conceito mais abrangente, o de espaço. Nessa interlocução entre a paisagem e o espaço Santos (1996, p.83-4) refletia:

A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima. (...) O espaço é sempre um Presente, uma construção horizontal, uma situação única. (...) A paisagem é, pois, um sistema material e, nessa condição relativamente imutável; o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente. (...) A paisagem existe, através de formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual. No espaço, as formas de se compõem a paisagem preenchem, no momento atual, uma função atual, como resposta as necessidades atuais da sociedade.

A conceituação perpassa nesse exemplo pelo entendimento do cotidiano, da visão espacial que emerge do próprio aluno em suas formas de viver/conviver (n)o lugar. O aluno emana sua percepção do espaço local pelo do cotidiano e de sua percepção de pertencimento ao lugar, ao mesmo tempo em que leva suas frustrações, alegrias e possibilidades do “eu” e o “mundo”, onde o mundo varia sua escala de acordo com o uso (em sua capacidade) do espaço de cada indivíduo. A escola não pode, em suas diversas práticas, omitir-se a tal condição e possibilidade desse tipo de conhecimento tão fértil.

O estudo do lugar em Geografia, enaltecendo o cotidiano, fundamenta-se como método pedagógico referenciado por vários autores. Essa metodologia é atualmente documentada pelo próprio Ministério da Educação na obra Geografia Ensino Fundamental (2010, p.29), onde se afirma, pelo menos no campo referencial e não prático, a evolução do ensino de Geografia no Brasil, como se pode observar abaixo:

Para que cada sujeito possa entender o que acontece na vida cotidiana, é fundamental que ele consiga abstrair daquilo que é o dia a dia de sua vida, das questões que acontecem no lugar em que ele vive. E, deste forma refletir se distanciando das ações corriqueiras para perceber que os acontecimentos não são simplesmente do acaso, mas que o mundo é construído socialmente, cada um realizando a sua parte – fazendo algo ou não fazendo nada. Só assim é possível compreender as coisas historicamente e construídas no cotidiano da vida.

Essa apreensão do conhecimento pelo observador, o aluno, e suas variáveis subjetivas, valorizam o método no qual o conhecimento transcende a regras rígidas e indagações e soluções estáveis diante de um determinado objeto. Ela pode romper regras estabelecidas e pré-direcionadas e manifestar uma forma de conhecimento centralizado no indivíduo em sua percepção. Analisando a Fenomenologia, Gomes (1996, p.116) refletindo Kant, expõe:

[...] o fenômeno é aquilo que nos aparece pela percepção e seu conhecimento depende do entendimento humano, definido ao mesmo tempo pela forma de sensibilidade e pela forma de intelecção. O conhecimento, é, portanto, função da intuição sensível e das categorias gerais do conhecimento frente à diversidade fenomenal. O fenômeno é a parte inteligível de uma experiência ao mesmo tempo sensível e racional.

Na mesma obra, Gomes (1996, p.117) analisando a fenomenologia de Husserl, afirma:

A racionalidade é, para Husserl, um elemento fundamental da ciência, mas não pode ser a base do conhecimento, pois o ponto de partida são os dados imediatos percebidos pela consciência pura. A crítica husserliana não diz respeito à ciência em geral, mas somente à base pela qual a ciência pretende estabelecer seu sólido edifício racional.

Despido do rigor científico das ciências modernas, a fenomenologia propõe o conhecimento a premissa da experimentação cotidiana, da subjetividade em sua humanização. A reciprocidade entre o ser e o mundo condiciona a consciência humana diversas formas de emersão do conhecimento. Essa visão não reprime a racionalidade positivista, mas exalta o saber banal e cotidiano como relevante no processo educativo. Partindo da premissa do conhecimento espacial do aluno através dos seus sentidos, mesmo que ainda não conceitual, a relação professor/aluno deve estabelecer uma conexão entre o senso comum e a episteme.

A valorização do espaço vivido se manifesta nas novas metodologias de ensino, mas ainda pouco utilizado pelo docente. O trabalho do professor à compreensão espacial por meio do lugar pode ser a gênese da aproximação harmônica do aluno com essa disciplina. Na própria interpretação da paisagem e a indagação de suas formas ao longo do tempo, induz a um aprofundamento da espacialidade vivida e “didatizada”, onde a obra do MEC Geografia Ensino Fundamental (2010, p.34) expõe:

Um caminho para se estudar o lugar pode ser pelo trabalho com os conceitos de grupo-espço e tempo, pois é a possibilidade de definir os parâmetros para este aprendizado que requer que a criança se olhe, se perceba e saiba se situar no mundo. Os grupos dos quais a criança passa parte são social e historicamente construídos. Eles existem situados num tempo e num espaço que marcam sua existência e são, pode-se dizer, a matéria-prima a ser estudada. Desenvolver esses conceitos é, portanto, fundamental para o aprendizado pretendido, fazendo com que as crianças consigam perceber a identidade, que é territorial, mas socialmente construída, e, a partir disso, reconheçam seu pertencimento a um mundo no qual estão vivendo e onde estão suas origens. Esse sentimento de pertencimento é importante na vida dos homens, para que eles possam se reconhecer como sujeitos de sua própria existência e consigam exercer sua cidadania.

A criança, como agente do conhecimento, por meio da análise do espaço vivido incentivado pelo professor, manifestar-se-á frente ao objeto (espaço delimitado) e criará diversas indagações que ampliam a reflexão e compreensão dos eventos geográficos. Segundo Castrogiovani (2000, p. 14):

Assim como o tempo, o espaço visto apenas do ponto de vista da formação e da estrutura, ou seja, do visível, não tem significações e tampouco desperta os alunos para possíveis “emoções”. Todo o trabalho espacial deve conter o sentimento da provocação dos “porquês”, “para quês” e “para quem”. O “quando” e o “como” são indispensáveis no entendimento do processo.

Retornando a literatura produzida pelo governo federal, Geografia Ensino Fundamental (2010, p.25), esboça-se a tendência à abordagem do estudo do lugar como protagonista no processo de ensino/aprendizagem, como se pode observar abaixo:

O estudo do lugar como possibilidade de aprender geografia considera o cotidiano da vida dos alunos e o contexto escolar como fundamentos. Neste sentido, lugar e cotidiano são abordados no contexto escolar como oportunidade de desenvolver habilidades e competências que contribuem para a formação cidadã e para a construção de conceitos constitutivos da especificidade do conhecimento geográfico e para o estabelecimento das bases da aprendizagem da geografia na escola básica.

Essa premissa aponta a grande evolução da perspectiva do ensino de Geografia no Brasil, sendo a obra citada, produzida pelo próprio Ministério da Educação. A proposta do MEC valoriza a dinamização do estudo dos espaços e as relações teóricas e escalares, dessa ciência a partir do local. Assim o lugar, construído e vivido, apresenta-se como possibilidade empírica da solidificação desse campo do conhecimento, onde aspectos como a identidade se distanciam de um passado pedagógico em que a única identidade a ser produzida era a do Estado forte, soberano, protetor e pleno. Essas identidades se davam no plano do imaginário, num simbolismo, numa relação longínqua de sociedade e poder, constituído em relações exógenas, a fim de ratificar uma dominação territorial sem

proposta pedagógica coerente com a participação dos educandos. Esse processo de formação da subjetivação do ser é analisado por Hall (2010, p.13) onde:

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, á medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente.

Dessa reflexão, grifamos as palavras fantasia e temporariamente. A ideologia nacionalista tem sua mobilidade na alienação do espaço e no discurso homogeneizador. A fantasia tem sua consistência na impossibilidade de viver a plenitude da nação, desconhecida em sua totalidade pela grande maioria das pessoas. Abordando a literatura, talvez seja o império esfacelado e sem fim refletido por Ítalo Calvino em sua obra “Cidades Invisíveis”. Já o temporariamente compreende a possibilidade de vivermos e compadecermos com várias identidades em diferentes intensidades e durações.

Voltando ao contexto educacional, o único objetivo era a afirmação do poder estatal, onde os alunos, como elementos passivos nesse processo, caracterizam o espaço sem refletir a sua organização. Já o espaço vivido parte de outra fundamentação pedagógica. Ela apresenta para o aluno uma possibilidade ampla de evoluir sua percepção e conceitos geográficos, a partir de sua reflexão da espacialidade vivida no cotidiano. Desta forma, a aprendizagem se dá no intercâmbio entre a experiência e a didática do profissional professor com o conhecimento vivido, subjetivo e interpretado pelo aluno com o seu lugar. O campo teórico da evolução do conhecimento do aluno deve perceber as variações de tempos e espaços presentes no cotidiano do espaço vivido, para que o saber espacial não ocorra de forma fragmentada e descontínua, mas conexa com as redes que dinamizam a realidade da ordem mundial. Nesse sentido, a obra Geografia Ensino Fundamental (2010, p.37) aponta:

A relação lugar-mundo torna-se um instrumento teórico para que a leitura da realidade seja feita evocando-se princípios gerais que são do conjunto da humanidade, superando a interpretação individual. Evoca-se, nesse sentido, outra questão que é a superação da ideia de linearidade nessa relação, já que não se configura como uma relação linear de causa efeito. Nem na ação nem na interpretação. Na ação: os homens estabelecem relações complexas e por vezes conflituosas entre si e com o meio, já que a relação local-global também é sempre complexa. Na interpretação: a leitura do mundo precisa considerar que ele é uma totalidade, envolvendo aquilo que está próximo e o que está distante, o espaço pequeno mais amplo e complexo do mundo e dos processos de globalização.

Assim, o desafio de compreender a totalidade se dá a partir do lugar. A abstração do espaço (aquele desconhecido fisicamente pelos alunos, mas interagidos e compreendidos através das infovias) pode ser alcançada com a percepção do ativismo espacial do lugar em sua fluidez. Compreender a interação do lugar com o mundo e sua existência a partir dos outros lugares em suas complexas relações, interações e construções, é fundamental para esse processo de evolução do conhecimento geográfico. A essa multivivência e interações, Milton Santos denominava de universalização empírica. Esse entendimento para Santos perpassava pela noção de totalização e totalidade na qual o espaço se apresenta. A terminologia criada por Jean-Paul Sartre se enquadra na realidade espacial apoiadas na reflexão de Santos (1996, p. 94-5), onde afirma:

A totalidade é a realidade em sua integridade.(...) A totalidade é o conjunto de todas as coisas e de todos os homens, em sua realidade, isto é, em suas relações, e em seu movimento.(...) Assim, toda totalidade é incompleta, porque está sempre buscando totalizar-se. (...) Assim, o espaço, é, antes do mais, especificação do todo social, um aspecto particular da sociedade global.

A identificação do lugar como agente ativo de uma rede multiescalar e global, deve estar no seio do objetivo do professor de Geografia em relação ao seu aluno. Apenas com a verificação dessas dinâmicas é que podemos definir os complexos regionais presentes e possíveis para o estudo geográfico em sala de aula. Essa análise pode proporcionar ao educando sua percepção crítica do espaço, onde numa abordagem social e econômica, este mesmo pode apontar as fragmentações espaciais e delimitar as áreas de centralidade e periferia de um determinado complexo espacial. Essa regionalização compreendida exime a passividade do aluno frente aos aspectos espaciais. Este coloca o indivíduo como participante da escassez ou da pujança social na qual ele está inserido (CASTELLAR, 2005).

O estudo do espaço urbano de São Mateus é um exemplo, onde as carências sociais são nítidas nas paisagens de bairros descentralizados no qual a fragmentação está presente. Ao mesmo tempo em que a lógica da periferação é compreendida como um processo universal do capitalismo, onde a fragmentação (vendida por muitos como um discurso da naturalidade da urbanização) reflete um processo de apropriação e mercantilização do uso do solo urbano pelo capital em suas diversas formas. Para isso Lefebvre (2004, p.72) indaga:

A forma do urbano, sua razão suprema, a saber, a simultaneidade e o encontro, não podem desaparecer. A realidade urbana, no próprio âmago de sua deslocação, persiste e se densifica nos centros de decisão e de informação. Os habitantes (quais? cabe às pesquisas e aos pesquisadores encontrá-los!) reconstituem centros, utilizam locais a fim de restituir, ainda que irrisoriamente os encontros. O uso (o valor do uso) dos lugares, dos monumentos, das diferenças, escapa à exigência da troca, do valor de troca. É um grande jogo que se está realizando sob nossos olhos, com episódios diversos cujo sentido nem sempre aparece.

A análise crítica do aluno frente ao espaço é extraída à medida que este é indagado ao seu conhecimento sobre a espacialidade na qual está inserida. No exemplo da cidade de São Mateus, tal visão lefebvriana se enquadra na organização deste espaço urbano. Essa interpretação advém do aluno como elemento também participante da dinâmica desse espaço. Tal espaço verificado pontualmente pelo aluno (através da indagação do professor) se propõe na sua observação, descrição e reflexão crítica das temporalidades presentes na paisagem. A análise crítica da paisagem é uma das valiosas ferramentas da Geografia escolar renovada, onde, mais uma vez abordando a literatura produzida pelo MEC, Geografia Ensino Fundamental (2010, p.84), como um dos referenciais a serem seguidos pelos professores, aponta-se a riqueza da interpretação da paisagem como condicionante para a solidificação do entendimento conceitual e das espacialidades geográficas. Esse método se apresenta da seguinte forma:

Para a avaliação sensorial e o estabelecimento dos indicadores visuais na análise da paisagem, propomos as seguintes etapas metodológicas:

- a) Analisar a paisagem em sua globalidade ou por meio de sua decomposição em unidades definidas por limites naturais, como uma planície, coxilha, cerro, serra, vale, encosta, topo, floresta, banhado etc. Propomos uma avaliação global da paisagem (primeira impressão) e/ou dos elementos individualizados e atrativo para as pessoas, a partir de suas experiências vividas;
- b) Conhecer, entre esses elementos da paisagem, aqueles que são marcantes, referenciais e valorizados, que realmente determinam a reação estética. Devemos levar em consideração a distância do ponto de observação, assim com a dimensão desses elementos constitutivos da paisagem;
- c) Reconhecer que esses elementos evoluem/modificam-se com o tempo.”

Essa premissa incorpora a visão pedagógica construtivista, onde a cognição ocorre em como o ser conhece e organiza sua estrutura de conhecimento. Tendo *a priori* que a cognição se dá por construção, desaguamos no construtivismo que enaltece ao sujeito a construção do seu conhecimento em detrimento da acumulação de informações do saber mecânico. Incorporando o modelo de Piaget para a evolução do ensino de Geografia para criança, em sua aprendizagem significativa, Sandra Castellar (2005, p.213-4), aponta:

Para Piaget, a aquisição do conhecimento deve ser compreendida como um processo de autoconstrução contínua; a gênese do conhecimento é explicada através da função adaptativa dos sujeitos em sua interação com o meio. (...) A aprendizagem é vista como um processo de interação social que gera uma adaptação das estruturas mentais do sujeito, ou seja, é um processo de tomada de consciência, pelo educando, das propriedades dos objetos e das suas próprias ações ou conhecimentos aplicados aos objetos.

Com isso, enalteçemos o método de ensino na qual o aluno traz um saber banal, cotidiano, identitário, intuitivo e subjetivo. A abordagem do espaço de vivência incorpora todas essas tendências discutidas no construtivismo de Piaget, no modelo de ensino libertatório de Paulo Freire, na concepção das multiplicidades espaciais com o advento da globalização e com o cotidiano, para que o conhecimento teórico seja construído nessas relações da vida que não podem ser desprezadas.

#### 1.4. O Currículo, o poder e a Geografia

Elaborar uma proposta curricular remete a uma contextualização dos paradigmas da sociedade em que vivemos. A evolução dos currículos se deu em relações de poder verticalizadas, a fim de enquadrar, manter ou expandir certa ordem. Essa ordem vem de um determinado campo ideológico sobre outro, por isso a proposta curricular não advém da neutralidade do saber, mas da configuração do poder estabelecido. Assim Sacristán (2000, p. 107) afirma:

O currículo não pode ser entendido à margem do contexto no qual se configura e tampouco independente das condições em que se desenvolve; é um objeto social e histórico e sua peculiaridade dentro de um sistema educativo é um importante traço substancial. (...) O tipo de racionalidade dominante na prática escolar está condicionada pela política e mecanismos administrativos que intervêm na modelação do currículo dentro do sistema escolar.

Essas ideologias surgem no currículo de forma religiosa, econômica, cultural definindo padrões na qual a escola deve seguir, numa noção progressista de sociedade. Nessa ótica, a ordem e o tempo do funcionamento escolar e de suas áreas de conhecimento e disciplinas, configuram-se com sua contextualização, perpassando ao campo social valores que classificam o saber. Desta forma, a representatividade do conhecimento na escola, esboça um modelo de sociedade e os planos governamentais, fundamentada na indissociabilidade entre as formas de pensamento e as práticas sociais. O Estado como

mentor do currículo elabora uma ordem curricular baseado em preceitos que manifestam sua(s) ideologia(s). Assim, Veiga-Neto (2002, p.170) afirma:

É preciso segmentar a massa informe; é preciso criar singularidades para primeiro distinguir e, depois hierarquizar. É justamente o caráter demarcador das disciplinas que as torna tão úteis, tão funcionais, numa episteme baseada na ordem e na representação. Assim a disciplinaridade contínua, abstrata e infinita funciona como um eficaz operador da ordem e da representação; ela não apenas serve de matriz de fundo para que a cada individualidade seja designado um lugar específico como, ainda, ele fornece as regras de designação, isto é, os critérios de enquadramento que permitem tanto localizar cada indivíduo, cada caso, em categorias, quanto agrupar, desagrupar e hierarquizar tais categorias.

Esse currículo, classificado e hierarquizado a serviço da ordem, utiliza o discurso da modernidade para lançar seus preceitos. Numa sociedade cada vez mais dinâmica, a noção de tempo, em redução ou em velocidade, efetiva a categorização exposta por Veiga-Neto. Essa ordem nem sempre se estabelece, pois agentes locais que agem no cotidiano da educação possuem possibilidades políticas de práticas pedagógicas variadas que sustentam o sentido da aprendizagem. Para Giroux (1997, p. 45) a dominação do conhecimento traz riscos à subjetividade do saber quando este aborda:

O conhecimento no modelo curricular dominante é tratado basicamente como um domínio dos fatos objetivos. Isto é, o conhecimento parece objetivo no sentido de ser externo ao indivíduo e de ser imposto ao mesmo. Como algo externo, o conhecimento é divorciado do significado humano e da troca inter-subjetiva.

A hierarquização do currículo é perceptível na organização temporal do funcionamento das escolas, das disciplinas, das regras disciplinares, do uso dos espaços e da quantificação e competitividade do conhecimento. Esse tempo, dividido, subdividido, planejado e usualmente efetivado, reflete o campo ideológico das instituições de ensino convergidas à macro-representações do poder. Assim, o tempo e seu uso, refletem uma ordem e valores sociais e culturais direcionados a uma forma de poder. O domínio do tempo (não controle - fisicamente impossível) flui diversas ações e projeções de um modelo social em sua *práxis*, permeável de um campo ideológico oculto e condicionador da perpetuação de um modelo social que atenda ao interesse de alguns agentes. Essa concepção do currículo concebido por um direcionamento de valores intrínsecos é analisada por Apple (2006, p. 125) da seguinte forma:

Da mesma forma que muitos educadores e pesquisadores da área do currículo com freqüência já não têm uma noção séria de seu enraizamento histórico nos interesses do passado da manutenção do consenso por meio de uma seleção do conhecimento que se baseava em uma visão de sociedade estratificada pela classe e pela “capacidade”, também a tradição seletiva opera hoje, negando a importância tanto do conflito quanto das diferenças ideológicas. O que freqüentemente era, no passado, uma tentativa consciente, por parte da burguesia, de criar um consenso que não existia se tornou agora a única interpretação possível das possibilidades sociais e intelectuais.

A escola como espaço social e cultural tem em seu currículo arraigado aos paradigmas atuais da sociedade. A escola é percebida como um ponto do acontecer social e ao mesmo tempo em que reflete esse modelo cultural. Da mesma forma, a Geografia que tem como objeto de estudo o espaço e o tempo, o controle desses, solidifica poderes. Essa ideia do currículo como reflexão de um modelo social estabelece valores e sentidos culturais para o aluno, resultando em um currículo significativo e efetivado no cotidiano das escolas. Essa mobilidade curricular é compreendida na intensidade cultural presente nos espaços, onde os valores emergem e se esfacelam num tempo muitas vezes reduzido. A escola deve levar em consideração esse dinamismo humano e incorporar em seu currículo esses paradigmas da sociedade. Essa abordagem é feita por Sacristán (2000, p. 20) da seguinte forma:

A relação de determinação Sociedade-Cultura-Prática explica que a atualidade do currículo se veja estimulado nos momentos de mudanças nos sistemas educativos, como reflexo da pressão que a instituição escolar sofre desde as diversas frentes, para que adpte seus conteúdos a própria evolução cultural e econômica da sociedade.

Nessa perspectiva de currículo adaptado a realidade cultural de uma sociedade, devemos compreender a amplitude do termo currículo. A noção de currículo não pode se minimizar ao programa de conteúdos, pois o currículo está presente nas diversas manifestações humanísticas de uma instituição de ensino, solidificando sua identidade e caracterizando o campo ideológico desse espaço, compartilhado por todos nesse ambiente. Esse risco de redução do currículo é abordado por Ferraço (2004, p. 95):

Em certo sentido, aqui, currículo confunde ou se reduz a programas, relação de temas, ementas de disciplinas, proposta ou grade curricular, manuais didáticos, ou qualquer outro texto que contenha uma proposta prescritiva de conteúdos e metodologias a ser seguida.

Partindo desse risco Sacristán (2000, p.75), incorpora a cultura e o currículo na própria organização dos conteúdos, inserindo-o numa significação. Como é apontado por este:

A cultura que a escola distribui encapsulada dentro de um currículo é uma seleção característica organizada e apresentada também de forma singular. O projeto cultural do currículo não é apenas uma mera seleção de conteúdos justapostos ou desordenados, sem critério. Tais conteúdos estão organizados sob uma forma que se considera mais apropriada para o nível educativo ou grupo de alunos do qual se trate.

A abrangência do campo curricular e sua conscientização como participante ativo de uma ordem social e cultural são fundamentais para a elaboração desse e principalmente sua efetivação. Os paradigmas da sociedade são entendidos como a ressignificação do espaço. Veiga-Neto debate a prática curricular num período onde a Pós-Modernidade e seus preceitos, configuraram uma ordem social dinâmica e reticular, onde o formato social do capitalismo do século XXI penetra nos ambientes educacionais, não só refletindo esse modelo, mas também participando e reconfigurando em suas especificidades. Veiga-Neto (2002, p.168-9) observa a evolução curricular em suas rupturas ao longo dos séculos, e aponta a emersão da espacialidade desconhecida para uma possibilidade de uma gama de conhecimento e paradigmas com o advento das grandes navegações europeias. Como se pode observar:

De fato a concretude, a descontinuidade e a finitude do espaço e do tempo medievais deram lugar, ao longo de poucas décadas dos séculos XV e XVI, a abstração, à continuidade e a infinitude, de modo que a percepção, a significação e o uso do espaço e do tempo, desde então, libertaram-se do imediatismo, ampliaram-se sem cassar e tornaram-se moldáveis a novas necessidades que se criavam e se criam ainda hoje.

Essa ruptura é o caminho para a invenção do currículo, onde o humanismo se confirma e exalta o potencial da sociedade de conhecer e dominar espaços até então desconhecidos. Essa nova configuração da sociedade e o advento do Novo Mundo estabeleceram ao homem uma nova visão de totalidade. O conhecimento etnográfico, botânico, geográfico, cultural, entre outros, possibilitaram novos saberes, acumulando e alterando significativamente as formas de conhecimento e principalmente as possibilidades destes. O currículo assim manifesta essa nova ordem do saber em um novo modelo de homem, cada vez menos provinciano e articulado com outros espaços.

Sene (2004) discutindo o conceito de Globalização aponta teorias de que essa realidade tenha em sua gênese o período das grandes navegações (citado por ele como mundialização do capitalismo). A ruptura desse modelo social ocidental levou as diversas ciências a apresentarem novas hipóteses e formulações do saber, dispendo a sociedade europeia um novo mundo, rompendo com a percepção interna do espaço (rígido, sensorial e doméstico) para uma emergente espacialidade externa (amplo, possível e aberto) que nos levou gradativamente ao cenário global na qual vivemos.

Essa concepção de espaço mundial, ou em um processo de mundialização, tornou as culturas locais cada vez mais integradas e dando aspectos homogeneizadores, tanto no que diz respeito às técnicas como nos hábitos. A essa reformulação do espaço no tempo, as diretrizes curriculares se fundamentaram nos valores emergidos com esse processo global. Essa ordem se dá na mobilidade, impactando a percepção de tempo entre as gerações. A compressão do espaço e do tempo (HARVEY, 2008), orienta para a escola, em sua interação com a organização espacial vigente, um modelo flexível, aberto, multicultural e atrelado à tecnologia que condicionou a nova noção (e vivência) de espaço e tempo, apontados por muitos como o ciberespaço. Segundo Chauí (2010), essa virtualização não pode ser determinado por coordenadas espaciais ou temporais, pois está presente em diferentes espaços concomitantemente.

Essa espacialidade instantânea gerou uma nova percepção de tempo em seu uso e possibilidades. A grande vertente dessa Pós-Modernidade não está apenas em uma nova territorialidade, mas na emergência de diversos aspectos culturais. O currículo incorporado a essa dinâmica busca se atualizar as temporalidades instantâneas, velozes e sobrepostas, que impactam os espaços, inclusive a escola. Dessa forma, retomamos Sacristán (2000, p. 150) quando este expõe:

O saber e a cultura que formam o currículo são postos a disposição das escolas, teoricamente, através de múltiplos canais, numa sociedade a qual abundam os meios de comunicação de todo tipo, mas, de forma paralela ao desenvolvimento de meios em geral, os que estruturam a prática escolar ocupam um papel privilegiado, quase, centralizando o monopólio dessa relação cultural.

A escola passa a ser receptora dessa possibilidade espacial temporal provido pela tecnologia (internet, celulares, canais de TV, entre outros). Ao mesmo tempo em que corporações buscam apropriar da informação e manifestar, mesmo que camuflados, seus preceitos ideológicos, a cultura de massas é produzida na verticalização de atores sociais resguardados do poder da informação, mas ao mesmo tempo encontram resistências e utilizam o recurso tecnológico como produtor de uma nova manifestação cultural, onde talvez os “rolezinhos” dos jovens das periferias das metrópoles brasileiras sejam o melhor exemplo. Essas inovações tecnológicas e culturais devem ser discutidas na elaboração da proposta curricular, articulando o saber científico com o senso comum e o cotidiano.

Assim, um currículo que não leve em consideração as especificidades do lugar, suas identidades, a recepção de eventos técnico-tecnológicos distantes, e a participação da comunidade na totalidade espacial, corre o risco de reproduzir na escola uma ausência,

um “Não Lugar”<sup>4</sup>. O distanciamento da significação comunal e identitária do currículo abrem a possibilidade para intervenções verticalizadas e criarem um cotidiano mecânico na escola. A formação da identidade escolar deve ser compreendida além do político. Com os intensos fluxos de pessoas, os espaços passam cada vez mais a serem ocupados e reocupados.

Tendo em vista que, a emergência da identidade local (perpassando pelo ambiente escolar) provém da interação sociedade com o solo, criando assim uma territorialidade (HAESBAERT, 2004), o papel das instituições de ensino, do currículo e do professor, são vitais. Como dizia Winston Churchill<sup>5</sup> , “Construímos nossos edifícios , depois nossos edifícios nos constroem”. A identidade, como processo, nunca está concluída, mas em estágio mais avançado, fixa um motivo na qual se justifica a razão de ser de um grupo social. O pertencimento fragilizado, pelo deslocamento populacional e a reorganização espacial, em alguns lugares, produzem uma territorialidade indefinida e desconexa. Essa constante será refletida na escola, e o currículo pode ter nesse sentido papel protagonista, pois a escola é um dos pontos de grande encontro de uma comunidade.

Exemplificando São Mateus, podemos verificar que várias instituições de ensino da rede municipal se localizam em bairros de ocupação recente, frutos da fragmentação urbana, com grande população migratória devido à centralidade econômica exercida pelo município no extremo norte do Espírito Santo (BONOMO, 2010) e que ainda não “intensificaram” sua identidade. Esses espaços buscam se definirem e podem ter uma proposta de ensino (por meio do currículo) que contribua para esse processo identitário.

---

4. Teoria de Marc Augé, discutida por Priscila Gorzini, na revista Geografia-Conhecimento Prático, onde se relacionam as constantes migrações forçadas, em alguns casos por necessidades econômicas, com os novos espaços a serem ocupados. Esses espaços passam a ser constituídos por um grupo de pessoas cada vez mais desprovido de identidade com a nova localidade e com grande dificuldade de convivência social. O estudo de Marc Augé leva em consideração como essa relação espacial se incorpora as condições psicológicas dos indivíduos que convivem com essa nova realidade. Quando esse fator atinge uma grande parcela da população local temos uma sociedade formada (reformulada) pela solidão dos indivíduos a qual compõe.

5. Winston Churchill foi um estadista britânico, ocupando o cargo de Primeiro Ministro do Reino Unido da Grã- Bretanha e da Irlanda do Norte durante a Segunda Guerra Mundial e ficou famoso por suas diversas frases refletindo a sociedade do século XX.

Ao mesmo tempo em que fazemos essa observação, não se tem na avaliação das identidades um resultado lógico, não há identidade pronta, conclusiva ou povo sem identidade. O que se observa com as espacialidades possíveis, já discutidas, é que as identidades são transitórias, como Hall (2010, p.13) afirma:

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor do “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu”.

Com isso, o currículo deve se atentar as diversas formas sociais. Um currículo humanista e globalizador fundamenta-se no sentido de ofertar ao aluno o seu desenvolvimento psíquico, técnico, coletivo e identitário, para que possa expandir suas habilidades e competências (quais?/como?) em seu ambiente escolar.

Nessa análise conclusiva, citamos Sacristán (2000, p.55), onde:

Na escolaridade obrigatória, o currículo costuma refletir um projeto educativo globalizador, que agrupa diversas facetas da cultura, do desenvolvimento pessoal e social, das necessidades vitais dos indivíduos para seu desempenho em sociedade, aptidões e habilidades, consideradas fundamentais.

#### 1.5. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) em Geografia e o ensino da Geografia de São Mateus

Os Parâmetros Curriculares Nacionais são construídos na década de 1990 e documentados no ano de 1998 pelo Ministério da Educação e é, até os dias atuais, o documento referencial para elaboração curricular no país. Em convergência com essa pesquisa os PCN's em Geografia, no que se refere aos terceiro e quarto ciclos, utilizam o paradigma do espaço de vivência como um dos elementos estruturais para a evolução do ensino de Geografia nessa etapa. Esse documento faz uma crítica a Geografia Tradicional, de influência francesa, como método de ensino limitado à compreensão espacial do educando, como se pode observar (1998, p. 21):

No ensino, essa Geografia se traduziu (e muitas vezes ainda se traduz) pelo estudo descritivo das paisagens naturais e humanizadas, de forma dissociada dos sentimentos dos homens pelo espaço. Os procedimentos didáticos promoviam principalmente a descrição e a memorização dos elementos que compõem as paisagens como dimensão observável do território e do lugar.

Tendo em vista os PCN's como um documento representativo ao Estado, em seu ente maior, essa citação ratifica a ruptura do ensino de Geografia no Brasil, oficializando a renovação desse saber frente à Geografia Positivista e Tradicional das escolas francesas e estadunidense, como já foi discutido anteriormente. A renovação do ensino de Geografia passa pela compreensão espacial através do capital como principal elemento responsável pelas novas constituições territoriais e apropriações da natureza. Essa metodologia se insere no ensino consolidando uma visão espacial crítica, onde sociedade e natureza são compreendidas e refletidas pelos professores e alunos como mutáveis e intrinsecamente relacionados. Desta forma, os PCN's (1998, p. 22) expressam essa ideia da seguinte forma:

[...] os geógrafos procuram estudar a sociedade mediante as relações de trabalho e da apropriação humana da natureza para produzir e distribuir os bens necessários às condições materiais que a garantem. (...) É inegável a contribuição do marxismo para o aluno compreender e explicar o processo de produção do espaço. É por meio dele que se poderá chegar a compreender as desigualdades na distribuição da renda e da riqueza que se manifestam no espaço pelas contradições entre o espaço produzido pelo trabalhador e aquele que se apropria, tanto no campo como na cidade.

Com isso, os PCN's vem propor um ensino de Geografia mais diversificado a outras áreas do conhecimento (Sociologia, Economia, Antropologia, Biologia) para que o aluno possa compreender a totalidade espacial e seu dinamismo. O Ensino de Geografia se protagoniza como um dos ramos do conhecimento científico mais fértil a interdisciplinaridade. Essa orientação dos PCN's busca um saber construtivista e multiescalar, onde o espaço é didatizado pela percepção sensorial do aluno e construído por uma rede de eventos que se dão em uma multiplicidade cada vez mais entrelaçada de territórios em seus comandos e recepções locais. Esse caminho metodológico nos interessa profundamente, pois essa pesquisa busca enaltecer a subjetividade e o cotidiano do aluno como pressupostos para a evolução do letramento geográfico e cognitivo dos alunos do Ensino Fundamental II. De acordo com os PCN's, (1998, p.27):

Pensar sobre essas noções de espaço pressupõe considerar a compreensão subjetiva da paisagem como lugar, o que significa dizer: a paisagem ganhando significado para aqueles que a constroem e nela vivem; as percepções que os indivíduos, grupos ou sociedades têm da paisagem em que se encontram e as relações singulares que com ela estabelecem. As percepções, as vivências e a memória dos indivíduos e dos grupos sociais são, portanto, elementos importantes na constituição do saber geográfico.

Essa consolidação do saber subjetivo, do cotidiano como produto da experiência do aluno em sua empirização, deve ser articulada a uma ordem curricular hierárquica para que esse saber se dê em uma interlocução com conhecimentos de escalas mais abrangentes. A vaga valorização do conhecimento do “espaço banal” é um risco, pois o saber geográfico exige métodos de pesquisa e ensino articulados ao campo teórico desse conhecimento, para que o lugar não seja entendido como um meio produzido de forma natural e neutra.

Desta forma, é imprescindível que o estudo do lugar esteja articulado a outros saberes e arraigado a pressupostos teóricos que direcionam a uma coerente metodologia de ensino, e que seja aplicada pelo professor, em seu plano de aula, abordando as diversas temáticas que diz respeito ao estudo espacial do município, como propomos aqui. O conhecimento prévio do aluno se efetivará a medida que a condução da aula pelo professor siga uma ordem epistemológica que condicionará o sentido do local, a medida que o educando reflita as formas produtoras desse espaço relacionado a outros lugares e como processo de um saber aplicado aos conceitos geográficos como os de região, território, paisagem, área, situação, meio físico, todos estes desaguando na espacialidade.

Muitas vezes a produção do saber multiescalar ocorre de forma desarticulada, hierarquizando os espaços. Esse modelo ultrapassado desconsidera o papel protagonista dos lugares e propõe ao aluno o entendimento dos espaços de forma desassociada. O modelo de ensino em Geografia deve buscar a compreensão reticular do mundo na articulação do local com o global, onde a totalidade espacial só se efetiva com a vivência e o ativismo espacial dos lugares.

Desta forma, essa análise se referencia nos PCN's e trilha seus caminhos em uma proposta curricular na qual o lugar não se apresenta de forma isolada na configuração do currículo, mas convergido com os diversos paradigmas da sociedade atual, inserido em um campo epistemológico presente. Como se pode observar na citação dos PCN's abaixo

(1998, p. 30), o processo de compreensão do aluno da reciprocidade espacial lugar-global, deve ocorrer de forma contínua em seu processo de aprendizagem, tendo essa habilidade por parte do educando como uma evolução de sua maturidade acadêmica.

Recomenda-se não trabalhar hierarquicamente do nível local ao mundial: o espaço vivido pode não ser o real imediato, pois são muitos e variados os lugares com os quais os alunos têm contato e, sobretudo, sobre os quais são capazes de pensar. A compreensão de como a realidade local relaciona-se com o contexto global é um trabalho a ser desenvolvido durante toda a escolaridade, de modo cada vez mais abrangente, desde os ciclos iniciais.

Nesse sentido a análise dos PCN's vem estruturar um modelo de articulação de conteúdos onde a Geografia de São Mateus possa se inserir no currículo municipal de forma coerente com os pressupostos teóricos e as fases cognitivas do aluno, respeitando seu processo evolutivo de construção espacial. É importante frisar que essa pesquisa trabalha com os terceiros e quartos ciclos, correspondente ao 6º, 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental, sendo também denominado de Ensino Fundamental II. É nessa fase que o educando cria laços mais íntimos com a Geografia, pois passa a ter um professor exclusivo dessa disciplina com formação específica e conhecimento mais aprofundado dos processos espaciais, diferentemente do Professor do Ensino Fundamental I que em sua formação em pedagogia possui reduzida carga horária destinada à ciência geográfica e tem esse como mediador de outras disciplinas. Nesse sentido é nessa fase que se percebe o grande impulso do conhecimento espacial do aluno, tanto no letramento cartográfico como nos aspectos naturais e sociais compreendidos de forma integrada.

Segundo os PCN's, a conclusão do Ensino Fundamental II em Geografia, fecha um ciclo onde os alunos devem possuir variadas habilidades entre elas: conhecer o mundo atual em sua diversidade, apontar as ações da sociedade ao longo do espaço e do tempo, perceber os avanços tecnológicos, os direitos dos cidadãos e sua melhoria na qualidade de vida, as diferentes linguagens na leitura da paisagem e talvez o principal, que seja desenvolver corretamente os procedimentos da pesquisa geográfica. Nessa perspectiva, é preciso organizar funcionalmente o currículo para que essas habilidades, entre outras, se solidifiquem em um processo harmonioso estruturado em conteúdos que se dê numa ordem coerente. Essa preocupação se justifica a medida que a inserção dos conteúdos locais/regionais para o ensino de Geografia, na rede de ensino municipal de São Mateus, tenha validade epistemológica, metodológica e pedagógica para que o estudo do lugar não ocorra de forma fragmentada, pois o objetivo está na compreensão do estudo do território municipal a partir da existência de outros atores de múltiplas escalas que se

incorporam no espaço do cotidiano ao longo do tempo. Para isso os PCN's (1998, p.39) propõe essa diversidade temática e percepções de variáveis escalares para a evolução do aluno.

Para tanto, a seleção de conteúdos de Geografia para o ensino fundamental deve contemplar temáticas de relevância social, cuja compreensão, por parte dos alunos, mostra-se essencial em sua formação como cidadão. (...) Os conteúdos selecionados devem permitir o pleno desenvolvimento do papel de cada um na construção de uma identidade com o lugar onde vive, em sentido mais abrangente, com a nação brasileira e mesmo com o mundo.

Assim, os PCN's (1998, p.41) indicam para o 3º ciclo (6º e 7º anos do ensino fundamental) as seguintes abordagens que devem ser especificadas em diversos conteúdos nesses dois anos da vida acadêmica dos educandos: 1. A Geografia como possibilidade de leitura e compreensão do mundo/ 2. O estudo da natureza e sua importância para o homem/ 3. O campo e a cidade como formações socioespaciais/ 4. A cartografia como instrumento na aproximação dos lugares e do mundo.

Sendo essa fase da vida estudantil a inicial, quando nos referimos a um estudo específico da Geografia como disciplina mediada por um professor especialista, muitas vezes essa se constitui como um letramento espacial e requer uma maturidade do educando que nem sempre esse adquiriu. Ao mesmo tempo, nessa fase se exige do profissional um planejamento de suas aulas que leve em consideração a transição na qual os alunos estão passando do Ensino Fundamental I para o II, que trazem impactos que nem sempre são bem absorvidos pelos educandos.

Esse empecilho pode ser rompido. Segundo os PCN's, à medida que no terceiro ciclo as aulas de Geografia sejam apoiadas no conhecimento do espaço vivido, para a introdução do conhecimento geográfico, e a abstração espacial do educando seja exercitada, essa evolução ocorrerá, como se pode observar abaixo (1998, p.51).

No terceiro ciclo, (...) a paisagem local e o espaço vivido são as referências para o professor organizar seu trabalho e, a partir daí, introduzir os alunos nos espaços mundializados.

A observação e a caracterização dos elementos presentes na paisagem é o ponto de partida para uma compreensão mais ampla das relações entre a sociedade e a natureza. (...) Assim, é possível problematizar as interações entre o espaço local e o global: distantes no tempo e no espaço, buscando suas semelhanças e diferenças, permanências e transformações.

A iniciação dessa compreensão espacial remete ao aluno a possibilidade de obter autonomia à medida que este incorpora cartograficamente a noção dimensional dos

espaços e suas peculiaridades naturais, sociais e econômicas. Esse processo exige um acompanhamento do professor nos métodos utilizados para que o aluno alcance diferentes estágios do conhecimento geográfico. Com isso, os PCN's (1998, p.52) vêm apontar essas habilidades necessárias nessa fase:

Nesse momento, é interessante que os alunos aprofundem procedimentos que fazem parte dos métodos de operar na Geografia. Observar, descrever, representar cartograficamente ou por imagens os espaços e construir explicações são procedimentos que podem aprofundar e utilizar, mesmo que ainda o façam com pouca autonomia, necessitando da presença e orientação do professor.

Essas trajetórias levam o aluno a maior capacidade de reflexão da organização espacial e criam possibilidades de maior abstração dos eventos geográficos. Uma das habilidades desenvolvidas aqui são os mapas mentais que dinamizam a percepção cartográfica do aluno e possibilitará a este, maior facilidade na compreensão dos conteúdos que exijam uma análise escalar mais abrangente.

Nesse ciclo também se percebe a proposta de uma verificação da dinâmica natural, que muitas vezes pode ser trabalhada de forma interdisciplinar com a área de Ciências Naturais, sem perder o foco geográfico que se justifica em compreender a natureza como elemento determinante/determinado da organização espacial. Assim, a Geografia Escolar vem estabelecer para esse ciclo, o conhecimento do funcionamento da natureza como elemento estruturante para a ocupação e uso dos territórios. Uma exigência aqui está na noção de tempo, pois o tempo da natureza ocorre em uma maior dimensão e descaracterizada com a apropriação da natureza pela sociedade. O estudo da paisagem, fundamental nesse ciclo, requer o exercício dessas temporalidades, assim a história oral e a observação e descrição das paisagens, contribuem para esse entendimento. Essa espacialização da natureza é proposta pelos PCN's (1998, p.57) da seguinte forma:

Sempre que tratar dos mecanismos do clima, da vegetação, dos solos e do relevo, deverá estar comprometido com uma visão metodológica do significado de todos esses processos naturais, com suas leis específicas, com suas diferentes formas de apropriação pela sociedade.

Uma importante habilidade a ser desenvolvida nesse ciclo está na diferenciação espacial entre o campo e a cidade atrelada ao modelo de produção econômica e ao modo de vida. Nesse sentido, esse ciclo busca caracterizar a dicotomia dos espaços urbanos e rurais, ao mesmo tempo a sua integralidade, resultante da mobilidade territorial das técnicas, da produção e do consumo. Busca-se aqui não hierarquizar esses espaços, mas sim identificarmos o sentido de sua existência, a sua organização espacial e seu dinamismo.

Para isso os PCN's (1998, p.65), apontam que "A abordagem do tema campo e cidade deverá ser realizada como parte integrante de uma realidade historicamente definida pela divisão técnica e social do trabalho".

Essa temática já deve desenvolver no aluno uma visão crítica da configuração territorial, pois tanto o espaço urbano quanto rural é permeado de conflitos ilustrados nas paisagens. No campo a sobreposição de territórios afetivos com territórios funcionais (HAESBAERT, 2004), emerge o debate do uso do solo por comunidades tradicionais (ribeirinhos, quilombolas e indígenas) diante do capital das empresas e dos latifundiários. Na cidade a exclusão social, fruto da má distribuição de renda, fragmenta esse espaço e dificulta grande parte da população ao acesso a seus direitos. A formação/intensificação da classe média urbana criou o paradigma da sociedade do consumo e do individualismo, onde a autossegração urbana se afirma. Nessa discussão Milton Santos (1998), um dos idealizadores da Geografia Crítica no Brasil (permeada nos bancos escolares) em seu livro "Espaço do Cidadão" faz uma interessante análise da classe média brasileira, apontando a intensa busca desse por seus direitos como consumidores e não como cidadãos de uma coletividade.

Todos esses pontos ora citados são férteis no espaço mateense, onde no campo se tem um grande espaço rural com disputas territoriais entre diversos agentes econômicos com as comunidades tradicionais. Na cidade, por ser um centro econômico regional, traz diversos aspectos modernos de sua urbanização que condicionam as tensões sociais descritas anteriormente, pois possui uma urbanização expansiva e fragmentada.

Nesse ciclo o aluno começa a desenvolver, através do aprofundamento do conceito de território e região, a noção de Estado, suas funções, apropriações, jurisdição e poder. Com isso, a grande maioria dos currículos das instituições de ensino do país, traz no término desse ciclo (7º ano) o foco para o estudo do espaço brasileiro. Essa abordagem se apresenta para o educando, em sua evolução, uma reflexão escalar mais abrangente e identifica com os processos naturais, sociais, culturais e econômicos que permeiam a vida cotidiana. Todas as habilidades propostas nesse ciclo devem concluir a capacidade do aluno de refletir espaços distantes de sua convivência, mas identificamos como unidade em uma interligação de um supra-espaço por diversos elementos que transcendem o político-territorial.

No quarto ciclo em Geografia (correspondente ao 8º e 9º ano do ensino fundamental) para os PCN's (1998, p.91) “deve-se considerar a possibilidade de trabalhar outros níveis de complexidade teórica e metodológica, de acordo com o desenvolvimento cognitivo dos alunos”. Assim, os conhecimentos adquiridos durante o terceiro ciclo são condicionantes para aprofundamentos no campo teórico da Geografia e a inserção de outros conteúdos. A visão mais ampla das territorialidades nessa fase é verificada pelos PCN's (1998, p.91), na seguinte afirmação: “A compreensão do mundo pode, também, ser colocada como um recorte especial de uma totalidade social ampla.”

Essa maturidade considera os educandos, em sua adolescência, o grande potencial para ampliação da articulação de conhecimentos de diversos eventos em escalas sobrepostas. Assim os PCN's (1998, p. 92) apontam:

No quarto ciclo, o estudo de Geografia compõe-se de um amplo leque temático que permite entradas significativas nesse processo de desenvolvimento sociocognitivo do jovem adolescente. (...) Nesta fase, os recortes espaços-temporais podem ser trabalhados de forma que integre escalas: o global, o regional e o local, que podem ser estudados de forma que perceba dialeticamente as suas interações e contradições.

Os conteúdos base para esse ciclo são: 1. A evolução tecnológica e as novas territorialidades em rede/ 2. Um só mundo e muitos cenários geográficos/ 3. Modernização, modo de vida e a problemática ambiental.

O que se observa na maioria dos conteúdos definidos no currículo das diversas instituições de ensino, e ratificada no livro didático, está na elaboração de conteúdos direcionados a regionalização do espaço mundial, caracterizando os territórios dos continentes, trazendo um amplo debate da macro-economia e da geopolítica nessa etapa. O desafio aqui se esboça na compreensão do lugar como participante desse processo de totalização espacial e como ponto geográfico receptor das redes globais. O desafio se estende quando o aluno, em seu estudo do espaço municipal, deve compreender a configuração dos elementos perceptíveis na paisagem local, fruto de processos estritamente exógenos, e em muitos casos oriundos de espaços e processos longínquos e internacionalizados.

Nessa vertente, o estudo do espaço se aproxima de uma análise do funcionamento das redes econômicas e sociais que alteram a funcionalidade espacial. O estudo regional exonera a rigidez dos estudos fechados e hierarquizados, compreendendo os territórios

como participantes de uma ordem cada vez mais dinâmica, mundializada e indefinitiva. As redes são compreendidas na velocidade das mobilidades dos espaços e os pontos de tomada de decisões que reconfiguram os territórios. Ao mesmo tempo, o lugar, traz resistências ou associações a essas ordens, criando a especificidade do espaço por sua interação espacial (MASSEY, 2008). Esse complexo jogo, espacializado em diferentes temporalidades, é denominado por Santos (1996) de rugosidades.

Com isso, a temática globalização se perpetuou nos currículos de Geografia, atualizando para os alunos a compreensão de um espaço dinâmico e fluído. Esse trabalho epistemológico deve considerar a evolução histórica das técnicas e sua efetivação nas paisagens, sempre observando a globalização como processo de integralidade e geradora de conflitos. Para os PCN's (1998, p.102), a pertinência dessa abordagem ocorre com a seguinte afirmação: "A compreensão dos processos de integração socioeconômica ao que se vem designado com o termo de globalização depende profundamente das ideias do instantâneo, do simultâneo e do sincretismo no acontecimento dos fatos".

A proposta dos PCN's na análise da ordem reticular espacial vem de encontro com as metamorfoses do espaço urbano. Observando que o educando já possui uma noção dos processos urbanos, construídos no 3º ciclo, nessa etapa se propõe a compreensão das hierarquias urbanas, oriundas da revolução dos transportes e das tecnologias da informação. Assim o conceito de rede urbana deve ser trabalhado numa evolução cognitiva do aluno, que construiu anteriormente o conceito de urbanização.

Para o espaço mateense essas temáticas são pertinentes, pois São Mateus se apresenta como centro regional cada vez mais expansivo devido sua evolução econômica e demográfica das últimas décadas (BONOMO, 2010). Essa centralidade advém da recepção desse espaço de novas técnicas e articulação com outros lugares, inserindo o município em uma rede cada vez mais global. Assim, essa temática pode se inserir no currículo com a diferenciação das paisagens mateenses em diferentes tempos, apontando os eventos (de ordem multiescalar) responsáveis por essa reconfiguração do espaço. Nesse caso, conceitos afluentes ao de território, como os de desterritorialização e reterritorialização, devem ser construídos pelos alunos para melhor compreensão dos processos de apropriações que o espaço municipal sofre na sua inserção na globalização.

A nova espacialidade presente com o advento da globalização trouxe uma diversidade de cenários geográficos e desmitificou alguns conceitos e ordens no ensino da Geografia. Entre eles está a simplificação da ordem mundial, contida anteriormente em Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo, e hoje na fábula da divisão países do Norte e do Sul. Com a diversidade cultural e o crescimento econômico de várias regiões chamadas de periférica, a rigidez dessas divisões funciona mais como ferramenta didática para a cartografização dos territórios do mundo, do que uma realidade espacial presente. Os PCN's (1998, P.106), trazem essa abordagem da seguinte maneira:

Em lugar de dois blocos políticos e ideológicos antagônicos, o mundo presencia a emergência das relações internacionais fundamentadas na lógica da coexistência no interior de uma pluralidade política e ideológica. (...) Mas do que ficar polemizando entre os avanços e recuos desses dois grandes sistemas políticos e econômicos, faz-se necessário ajudar o aluno a compreender e explicar as novas condições que regulam as atuais relações no cenário internacional.

Nessa fase, o aluno também irá aprofundar sua noção de Estado, caracterizando os conflitos territoriais em uma ordem internacional, além de compreender o conceito de hegemonia para aprofundar a noção de hegemonização territorial, numa abordagem crítica do espaço. Seguindo esses pressupostos, diversos temas podem ser discutidos tais como: o desenvolvimento humano e o bem estar da população, a competição entre os lugares, os novos mercados industrializados e o espaço das minorias. Essas temáticas trazem uma reflexão do espaço mateense, na sua inserção econômica e reciprocidade entre os eventos globais. O professor pode trabalhar a disputa política de São Mateus para recepção de investimentos manufatureiros, observando uma das principais características da perpetuação da globalização denominada por Santos (2000) como a "Guerra dos Lugares".

A outra abordagem a ser construída no quarto ciclo se verifica na análise ambiental do espaço. Assim, a Geografia gravita pelos campos da Ecologia, da Economia, da Sociologia, da Antropologia, para explicar a problemática ambiental como resultante da apropriação da natureza pela sociedade (SCARIM,1999). Assim, a análise do modo de vida, se fundamenta numa sociedade global, onde a ideologia do consumo é o grande responsável pela produtividade desenfreada e o esgotamento dos recursos naturais. A citação dos PCN's (1998, p.113), onde a "padronização ou homogeneização dos desejos e sonhos da sociedade consumista" justificam a expansão de tais apropriações com fundos ideológicos consumistas e econômicos da sociedade pós-moderna.

Propondo a temática ambiental<sup>6</sup> para o espaço mateense, oferece-se aqui um rico campo. Esse território apresenta diversos ambientes, seja ele hídrico, geológico, pedológico, biogeográfico, microclimático e geomorfológico; que drasticamente foi alterada pelas diversas formas de apropriação desse território. Com isso, seria interessante que esse debate se desenvolva a partir de uma caracterização do espaço físico mateense, para compreender e cartografar a nova dinâmica da natureza antropizada. Uma das principais mudanças ambientais recentes ocorre na faixa litorânea, ocupada por serviços ligados ao extrativismo de petróleo e gás, impactando não apenas o ambiente (cordões litorâneos, mangue e restinga), mas o modo de vida tradicional dos pescadores (TEIXEIRA, 2010). A expansão do espaço agrícola e da silvicultura são outros pontos fundamentais para a identificação dos problemas ambientais por parte dos educandos em seu município. Essa questão pode levar a mudanças ambientais recorrentes, pois para os PCN's (1998, p.122) “[...] ao estudar a destruição de forma mais acentuada dos lugares onde se encontram as atividades econômicas predatórias, pode-se introduzir como se articulam os movimentos de proteção ambiental.”

Nesse sentido os PCN's inserem a discussão ambiental na qualidade de vida das populações urbanas e rurais, discutindo a ordem da configuração regional brasileira como responsáveis por esses eventos, onde o município se encontra participante, numa noção política, identificando diversas intencionalidades. Onde se pode observar em (1998, p.119-120):

A concentração industrial nas regiões Sudeste e Sul e a expansão industrial recente no Nordeste e no Centro-Oeste devem ser tratados conjuntamente quando se discute a questão ambiental. Essa concentração ocorreu em pontos específicos do Brasil, ocasionando grande crescimento urbano, barateando os custos de produção, criando oferta de mão-de-obra e mercado consumidor, crescimento desordenado das cidades com grandes conseqüências para a qualidade de vida.

A partir dessa discussão do ambiente local, se discute as necessidades ambientais e sociais do município, propondo a participação dos educandos na elaboração de uma espécie de Agenda 21, onde a comunidade escolar traçará planos de ação para melhorar qualidade de vida e a sustentabilidade do município. Essa abordagem propõe o ativismo

---

6. A Educação Ambiental foi regulamentada como política de estado e obrigatória com a lei nº 9795 de 27 de abril de 1999.

do aluno, como participante do meio a qual está inserido, numa metodologia educacional voltada para o construtivismo e a Geografia Crítica.

Na conclusão dessa fase de ensino, que interessa esse estudo, o aluno deverá possuir diversas habilidades conceituais e metodológicas para iniciar o a sua nova fase estudantil: o Ensino Médio. Acreditamos que o estudo do lugar aqui, se apresenta para essa transição, com grande valia para o desenvolvimento das habilidades de compreensão da ordem reticular do mundo, sobrepondo conhecimento em várias escalas e temporalidades, a qual a local não pode ser negligenciado. Na visão renovada do ensino de Geografia, o estudo do espaço de vivência se mostra eficaz, não só por aprofundar e ilustrar concretamente o acontecer geográfico, mas para a intensificação de um processo identitário, capaz de aproximar o aluno (elemento construtor e participante do conhecimento espacial) dessa encantadora disciplina: a Geografia.

#### 1.6. Referencial teórico

O referencial teórico desse estudo resultou na compreensão do conceito e utilização do currículo não apenas no meio educacional, mas também na ordem social, política e ideológica definidora de identidades que presenciamos atualmente.

Desta forma, a espacialização e a valorização da abordagem pedagógica do lugar nos remetem a uma relação entre o mundo pós-moderno e os métodos geográficos de análise do espaço de vivência. Com isso, as produções de Sacristán (2000), Apple (2006) e Giroux (1997), nos fundamentam na discussão curricular, observando a suas intencionalidades, despido de neutralidade e fruto de um modelo social construído historicamente. Apoiando essa linha de investigação, Veiga-Neto (2002) discute a pós-modernidade como modelo condicionante para o direcionamento curricular atual, tendo em vista o modelo espaço-temporal presente no mundo atual. Essa reflexão de Veiga-Neto (2002) não deixa de possuir um olhar geográfico, já que o conceito de globalização e sua manifestação são pontos de análise relevantes na Geografia Escolar.

Partindo de um modelo cultural vigente e os processos de identidade, Hall (2010) o relacionam diretamente com os espaços de vivência. Pesquisando diretamente o ensino

de Geografia utilizamos aqui as obras de Vesentini (2003), Castellar (2005) e Castrogiovanni (2000), contextualizando os métodos de ensino na Geografia e sua ruptura no modelo tradicional com o renovado. Autores como Moraes (1999) e Moreira (2009), é a base para introduzirmos a formação da Geografia como ramo científico.

Em nossa análise o espaço de vivência aparece como protagonista. Assim são fundamentais as obras de Santos (1996, 2000), Gomes (1996), Castells (1999), Haesbaert (2004), Harvey (2008), Massey (2008), Sene (2004), além da análise de uma produção feita pelo próprio Governo Federal “Geografia: Ensino Fundamental” (2010), apontando tal metodologia de ensino com a fundamentação do Estado, onde a espacialização atual é compreendida como fruto das intensas relações entre os lugares, constituindo uma espacialidade dinâmica, num modelo reticular de ordem econômica e social. Esses autores nos fundamentam na discussão conceitual de diversas temáticas, tais como, lugar, espaço, redes, territorialidades, horizontalidades, verticalidades, paisagem, entre outros. A obra de Gomes (1996) discute ainda a pertinência da subjetividade como método de verificação espacial e avanço cognitivo, ao mencionar a fenomenologia de Husserl.

Analisando os aspectos territoriais de São Mateus, as principais obras utilizadas são: a do historiador Eliezer O. Nardoto (1999, 2004) que aborda a formação territorial do município e discute as paisagens naturais e suas apropriações antrópicas, Bonomo (2010) averiguando a centralidade urbana de São Mateus no extremo norte capixaba como resultado de sua crescente urbanização horizontal, Teixeira (2010) refletindo as mudanças do extenso litoral de São Mateus com a recepção do capital extrativista externo, Ferreira (2002) analisando as metamorfoses do espaço rural do norte capixaba pela expansão da monocultura do eucalipto e Souza (2003) que investigou a evolução do perímetro urbano de Guriri. Além desses estudos monográficos, utilizaram-se, dados e mapas sintetizados do município com informações do IBGE e de outros órgãos de pesquisa pelo Instituto Jones dos Santos Neves (2011).

Finalizando, toda essa discussão emerge na interlocução da construção curricular apoiada nos PCN's em Geografia (1998), na qual se estruturará uma ordem curricular onde o lugar seja abordado de forma coerente na composição dos conteúdos que serão propostos no estudo.

## 2. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Observando os modelos de pesquisa propostos por Gil (2002), organizamos o referido trabalho o definindo como bibliográfico. Este distinguindo os dois grandes grupos de pesquisa expõe (2002, p. 43):

O elemento mais importante para a identificação de um delineamento é o procedimento adotado para a coleta de dados. Assim podem ser definidos dois grandes grupos de delineamentos: aqueles que se valem das chamadas fontes de “papel” e aqueles cujos dados são fornecidos por pessoas. No primeiro grupo, estão a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. No segundo, estão a pesquisa experimental, a pesquisa *ex-post facto*, o levantamento e o estudo de caso.

Assim, esse trabalho busca se fundamentar nas fontes literárias de análise curricular e do espaço de vivência, constituído na Geografia renovada. Nesse sentido a pesquisa, que tem como objetivo propor a inserção de conteúdos ligados a Geografia do Lugar nos estudos da Geografia do Ensino Fundamental II em São Mateus, deverá se estruturar em pressupostos conceituais que direcionam a ordem curricular. Apenas com a análise bibliográfica poderá ser estruturada a configuração curricular em questão, pois é preciso levantar conteúdos que se enquadram como pré-requisitos para a incorporação da Geografia de São Mateus nessa rede de ensino.

Essa análise levará em conta o potencial cognitivo da série e da idade dos alunos para que a evolução do conhecimento espacial esteja atrelada a condicionantes teóricos que estruturarão tal conhecimento. Nessa perspectiva busca-se propor um direcionamento de conteúdos a partir da renovação do ensino de Geografia, compreendendo a espacialidade em suas mutações, apropriações e reterritorializações, onde o ordenamento de conteúdos e habilidades propostos pelos PCN's seria a base para essa organização curricular. Para Gil (2002, p. 45) “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Nesse caso, esse trabalho busca nos livros referências (principalmente os PCN's) como um norteador para que se alcance os resultados dessa pesquisa.

Com isso, se observará dentro dos direcionamentos dos PCN's, como os temas e sub-temas referentes à Geografia de São Mateus, poderão ser introduzidos e desenvolvidos dentro de uma perspectiva da evolução do conhecimento espacial do educando, ao mesmo

tempo o seu potencial de análise multiescalar. O quadro abaixo exemplifica o modelo a ser seguido na pesquisa bibliográfica:

Quadro 1 – Modelo de inserção do estudo do lugar na organização curricular:

<b>Conteúdo</b>	- Indicar o conteúdo local a ser estudado.
<b>Conceitos Adquiridos</b>	- Apontar os conceitos que o aluno deve ter como base para a compreensão da temática a ser introduzida.
<b>Pré-requisito</b>	- Identificar as habilidades cognitivas que o aluno deve ter incorporado para melhor desenvolvimento do conteúdo.
<b>Ciclo dos PCN's e série</b>	- Observar nos PCN's dentro de qual ciclo o conteúdo deverá estar inserido, organizando assim numa ordem coerente com o direcionamento curricular, apontando a série que o conteúdo poderá ser estudado.
<b>Abordagem Multiescalar</b>	- Verificar como o conteúdo proposto se relaciona com os eventos espaciais de outras dimensões escalares, compreendendo assim a existência do conhecimento do lugar como processo de totalização espacial.

Fonte: Adaptado pelo autor

Assim, com essa metodologia de análise bibliográfica, poderemos observar os principais temas geográficos do lugar e fundamentarmos de acordo com as condicionantes ilustradas acima, para que a organização dos conteúdos não ocorra de forma aleatória. Ao mesmo tempo é necessário definirmos outras abordagens arraigadas as temáticas da Geografia e São Mateus em seus sub-temas que funcionarão na perspectiva de se construir a totalidade do conhecimento desafiado no currículo.

Para a inclusão desses conteúdos a pesquisa também buscará um levantamento das principais características territoriais de São Mateus, para que sejam elencadas as abordagens espaciais mais pertinentes a partir das peculiaridades do espaço em questão. Com isso, essa espécie de síntese dos aspectos geográficos local aborda temas como: a antiga formação do território municipal, sua extensão e regionalização, as principais formações naturais do município e seus impactos ambientais, a centralidade da oferta de serviços exercida pela cidade de São Mateus e seus impactos nos diversos aspectos urbanos deste município, o uso do solo rural e a economia de São Mateus em sua evolução histórica e reterritorialização desse espaço. Outras abordagens podem apoiar como sub-temas, onde o objetivo de seu aprendizado por parte do aluno o leve a

compreender um conteúdo que envolve mais questões dentro da realidade do território municipal.

Outra verificação válida na pesquisa bibliográfica ocorre na associação entre os conceitos mais utilizados na Geografia escolar (espaço, paisagem, região, território, ambiente e globalização) com a interação aos aspectos geográficos do município. Desta forma, poderá ser visualizado como esses conceitos podem ser exemplificados dentro do espaço de vivência, articulando o cotidiano do aluno com a episteme. Além dessa análise esse trabalho observa os grandes campos de estudo da Geografia em cada ano na rede municipal de ensino, (onde no 6º ano, objetiva-se a introdução dos principais aspectos e teorias geográficas, no 7º ano a regionalização e a territorialidade do Brasil e nos 8º e 9º anos a macro-organização do espaço mundial em seus aspectos físicos, humanos e econômicos), a fim de propor como algumas questões do espaço local podem ser levantadas em cada série.

Ao finalizar o trabalho é apresentado, uma apostila referente a Geografia de São Mateus (Apêndice A). Esse recurso didático está organizada em quatro capítulos, onde são discutidas a espacialidade e a produção da territorialidade mateense, a crescente urbanização do município, o seu espaço físico e a apropriação humana da natureza, além da economia mateense na ordem global. Ao final de cada capítulo há atividades objetivas e dissertativas com análises de mapas, tabelas e paisagens (SÃO MATEUS, 2013). Essa apostila construída pelo autor não tem o propósito de ser um produto da proposta curricular apresentada, mas servir de apoio pedagógico para os professores da rede municipal, que já utilizam esse material, mesmo sem a municipalidade ainda ter construído um currículo de ensino em Geografia. Esse material foi construído no ano de 2013 e em diversas reuniões entre os professores de Geografia da rede de ensino municipal, através da Coordenação de Área<sup>7</sup> da SME, onde todos os professores aderiram a proposta de utilizarem o material

---

7. Atualmente a Secretaria Municipal de Educação de São Mateus possui um setor direcionado as práticas pedagógicas das disciplinas específicas, (História, Ciências Naturais, Arte, Matemática, Língua Portuguesa, Educação Física e Geografia) do 6º ao 9º ano, intitulada Coordenação de Área. Nessa perspectiva a Coordenação de Área de Geografia visa organizar, orientar e direcionar as práticas pedagógicas dessa disciplina na rede de ensino, entre estas funções planejar reuniões que visam atualizar o programa de ensino de Geografia, tendo em vista a falta de um currículo próprio no município. Assim a apostila "Geografia de São Mateus" foi construída pelo Professor/autor Diego Vaccari Moreira ao exercer a função nos anos de 2013 e 2014, propondo o uso desse material mesmo que ainda não haja a oficialização da temática no currículo.

em sala de aula, respaldada na lei municipal 583/98 (anexo A), que exige o uso da temática Geografia de São Mateus nas escolas municipais (SÃO MATEUS, 1998).

Com isso a pesquisa, argumentada nos objetivos do ensino de Geografia nas séries finais do Ensino Fundamental, estruturada pelos PCN's e articuladas aos principais aspectos do território mateense, vem propor uma organização curricular para essa rede de ensino que insira a Geografia do Lugar em suas práticas pedagógicas.

### **3. A INSERÇÃO DA GEOGRAFIA DE SÃO MATEUS NO CURRÍCULO MUNICIPAL**

#### **3.1. Análise das principais características do território municipal mateense**

De acordo com as diretrizes metodológicas dessa pesquisa em seu caráter bibliográfico, apontam-se aqui os principais componentes geográficos representados no espaço mateense a fim de sua interação com outros conteúdos dessa disciplina na rede municipal na disciplina de Geografia. Esse apontamento não pode emergir de forma aleatória, pois é preciso nortear os temas mais pertinentes na discussão da espacialidade mateense. Em virtude disso, elabora-se aqui uma síntese das principais características territoriais desse município para que as abordagens sejam apontadas em sua inserção na organização curricular em Geografia no município de São Mateus. Essas temáticas são:

##### **3.1.1. Elevada extensão territorial e consequência na divisão regional/distrital:**

Localizado no norte do estado do Espírito Santo, São Mateus se limita com os municípios de Linhares, Jaguaré, Vila Valério, São Gabriel da Palha, Nova Venécia, Boa Esperança, Pinheiros e Conceição da Barra. Sua área total é de 2338,726 Km<sup>2</sup>, sendo o de segunda maior extensão no estado, além de possuir uma ampla faixa costeira no Oceano Atlântico Sul.

A política territorial de São Mateus visou sempre à manutenção de uma ampla área à medida que seus distritos passavam por um processo de crescimento urbano e ocupação do espaço rural e se transformavam em municípios. Assim, essa municipalidade fixou diversas prestações de serviços de caráter público (escolas, postos de saúde e cartórios) em pontos distantes da sede do município e próximos de outras cidades, a fim de manter uma elevada extensão territorial. Essa política resultou para o município de São Mateus em uma grande área rural, na qual este passou a ter uma maior arrecadação nas atividades agropecuárias, porém apresenta grandes desafios na administração pública por ter que assistir diversas comunidades do interior de seu território. Nesse sentido, São Mateus levou seus limites até as proximidades de cidades como Pinheiros (vila de

Itauninhas), Boa Esperança (comunidade de Santa Maria) e Nova Venécia (vila de Nova Verona e Nestor Gomes).

Por ser um município de grande extensão territorial, sendo majoritariamente de área rural, São Mateus se regionaliza em cinco distritos. São eles: O distrito Sede (São Mateus), Barra Nova, Itauninhas, Nestor Gomes e Nova Verona (Mapa 1). A própria cidade, que é a sede político-administrativa do município, também possui sua delimitação distrital.

### 3.1.2. Formação territorial:

A colonização de São Mateus data de 1544, sendo esse o núcleo de povoamento mais antigo de todo o norte do estado. Seu longo processo de uso do solo levou a diversas características presentes na paisagem mateense, fruto das diversas manifestações culturais que esse recebeu ao longo dos seus 470 anos de história.

Anterior a presença europeia, o território que hoje pertence a São Mateus era ocupado por índios Botocudos, conhecidos também como Aymorés, sendo esses um grande empecilho para a reterritorialização portuguesa nesse espaço, devido o caráter guerreiro desse grupo étnico. Não passivo a entregar suas áreas ao governo colonial, os índios foram ao confronto direto, tendo a batalha do Cricaré<sup>8</sup> (1558), o mais famoso episódio desse litígio (NARDOTO, 1999). Como em todo o país, a população indígena foi drasticamente reduzida em São Mateus, onde nenhuma comunidade originária se apresenta no território mateense, tendo estes miscigenados com outros grupos étnicos e desapropriado de sua cultura.

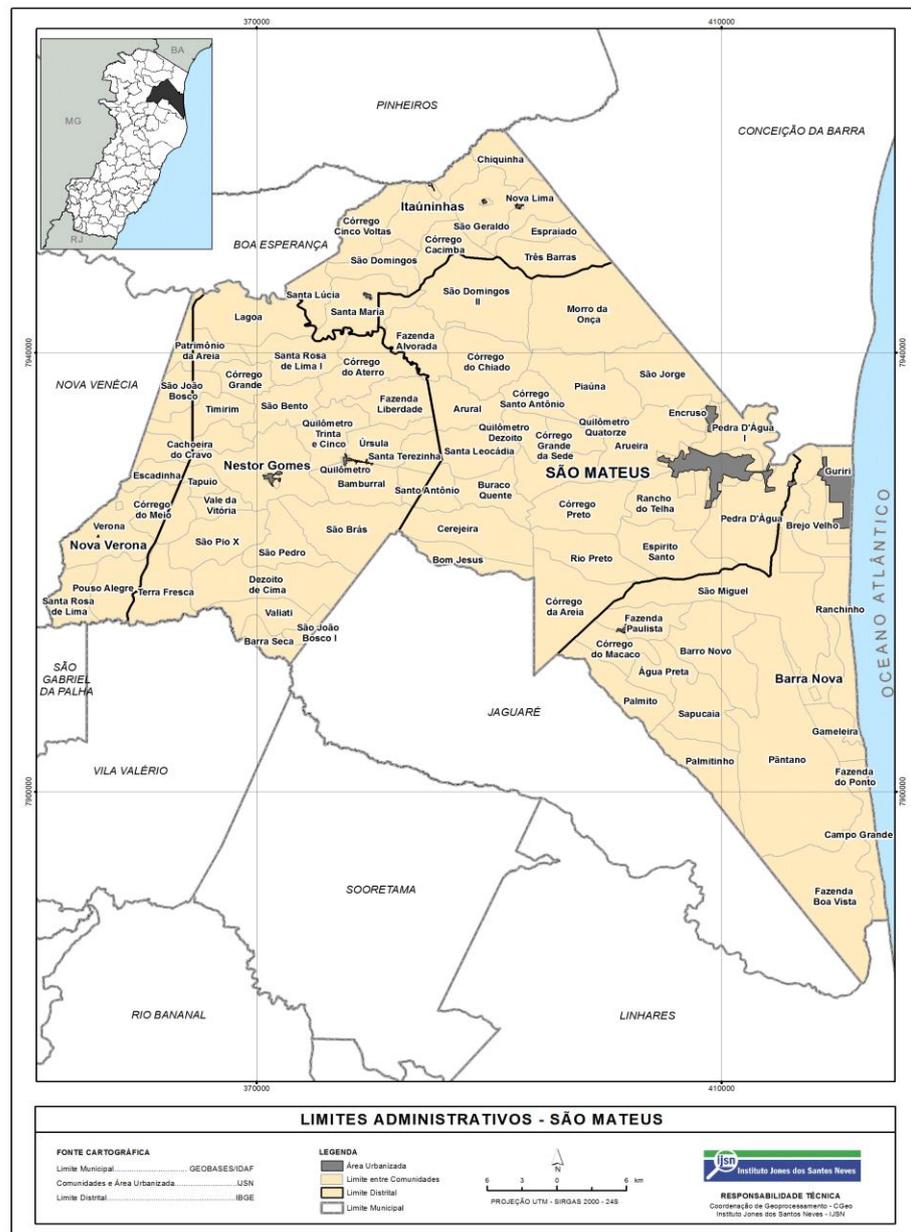
A efetivação da ocupação portuguesa ganha impulso com a escravidão, sendo o porto de São Mateus, o grande receptor das populações africanas na condição de escravizadas e migradas forçadamente para o Brasil. Essas populações trabalhavam nos sertões de São

---

8. A batalha do Cricaré foi o conflito entre os colonizadores portugueses liderados pelo Capitão Fernão de Sá, morto no combate contra os índios aymorés, que apesar de matarem o líder militar da coroa portuguesa, foram os maiores derrotados, tendo em vista a grande quantidade de índios mortos nesta batalha.

Mateus a serviço dos barões, que constituíram o latifúndio no município. Esse intenso trabalho rural no campo serviu para expandir as fronteiras agrícolas do município e efetivar a diversas formas de artificialização das paisagens do município. Por outro lado, a população africana em solo mateense, foi mercantilizada e o casario do Porto, serviu como de ponto de comércio dessa população. Atualmente grande parte do povo mateense descende desses africanos, sendo que 13,7% se declaram negros segundo o último censo do IBGE.

Mapa 1: Divisão Distrital de São Mateus-ES



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN)

No século XIX, a ocupação da faixa oeste do município ocorre pela fixação de grupos de italianos. Nesse período a organização espacial do município se altera intensamente, onde uma intensa área de Mata Atlântica é reduzida para o uso de produção agrícola. Mais recentemente, em meados do século XX, a migração oriunda do próprio estado, desenvolveu atividades do comércio de madeira, desfigurando ainda mais o bioma atlântico originário. A chegada da população italiana contribuiu para a forte miscigenação do município (NARDOTO, 1999).

Assim, as paisagens mateenses, tanto em sua cidade como no interior, presenciam valiosas temporalidades, mesclando o modelo de ocupação colonial com os valores da modernidade econômica global na qual São Mateus se insere.

### 3.1.3. Territorialidade e produtividade rural:

A grande espacialidade rural mateense possibilitou uma grande diversidade de ocupação de solo, muitas vezes relacionada ao modelo de colonização vigente e suas possibilidades econômicas de acordo com o contexto histórico. Apesar de ser um dos núcleos de povoamento mais antigos do Brasil, o sertão de São Mateus passa por um lento processo de apropriação pelo homem, tendo em vista o norte do estado ser por muito tempo conhecido como a hinterlândia capixaba durante décadas, já que a ocupação mais dinâmica seguia o sentido sul para o norte. Atualmente essa situação se expropriou, já que a maior parte do território mateense se encontra com vitalidade econômica e são restritos os espaços, onde o meio natural persiste.

De acordo com o modelo colonizador, observamos uma ocupação mais diversificada de café, pimenta, cana-de-açúcar e da pecuária, resultante da migração italiana no século XIX, em faixas do distrito de São Mateus, Nova Verona e principalmente Nestor Gomes (NARDOTO, 1999). No mesmo século, com a abolição da escravatura, a população de origem africana se organizou em diversos pontos do interior do município, onde em sua maioria praticaram a agricultura de subsistência e a comercialização de farinha de mandioca. Na faixa litorânea, uma grande população predominantemente de caboclos e cafuzos sobrevive da pesca, utilizando os espaços dos rios e do mangue (TEIXEIRA, 2010). Nas últimas décadas a apropriação mais dinâmica do território rural mateense tem sido o da silvicultura do eucalipto que utiliza grandes faixas de terra no distrito de São

Mateus, tendo sua principal característica o uso de latifúndios e da desapropriação dos minifúndios, ocasionando uma grande migração para áreas urbanas, inclusive São Mateus (FERREIRA, 2002).

#### 3.1.4. Centralidade regional, prestação de serviços/consumo:

Nas últimas décadas a oferta de serviços em São Mateus se justifica não apenas em atender as demandas de seus mais de 120 mil habitantes. Diversos serviços e atividades comerciais não realizadas por outras cidades do extremo norte capixaba dispõem a São Mateus a funcionalidade de diversos atendimentos, contribuindo para uma maior circulação de capital oriundo de outros municípios e impactando positivamente o comércio local (BONOMO, 2010). A potencialidade de São Mateus se destaca em sua urbanização mais densa as aquelas da região do Nordeste capixaba. Segundo esse modelo de regionalização estratégica de descentralização do desenvolvimento do estado, São Mateus se comporta como centro na oferta de serviços e consumo, já que as outras cidades da região possuem uma urbanização menos desenvolvida. Deste recorte regional, apenas a cidade de São Mateus, ultrapassa os 100 mil habitantes, aglomerando cerca da metade da população dos nove municípios desta área. Assim Conceição da Barra, Pinheiros, Pedro Canário, Montanha e Jaguaré, excedem os 20 mil habitantes, enquanto que os demais, Boa Esperança, Mucurici e Ponto Belo, possuem demografia inferior a 20 mil habitantes, sendo que esses dois últimos apresentam população inferior a 10 mil habitantes.

Essa posição de cidade mais populosa na região dinamizou a funcionalidade de São Mateus em toda a região. Assim, os principais serviços ofertados ocorrem na saúde (tendo o atendimento do Hospital Roberto A. Silves, como referência para todo o extremo norte capixaba, leste de Minas Gerais e Sul da Bahia), Educação (expansão do Centro Universitário Norte do Espírito Santo - CEUNES, instituição superior federal de graduação e pós-graduação, além do Instituto Federal do Espírito Santo – IFES, e diversas instituições de ensino superior de ordem privada) e no comércio (estabelecimento de um centro comercial diversificado e projeto de instalação de *Shopping Center* nas margens da rodovia BR 101).

### 3.1.5. Crescimento urbano:

A partir das demandas citadas no item anterior em sua centralidade, São Mateus passa a constituir um rápido processo de reconfiguração de seu tecido urbano. O crescimento demográfico emana a expansão do núcleo urbano para área de ocupação rural, criando diversos subúrbios na cidade. A partir dessa premissa, a organização se efetiva de forma horizontal, aproveitando a topografia plana das áreas periféricas. Esse modelo resultou na fragmentação dessa cidade, descentralizando atividades comerciais a fim de saciar as necessidades do consumo local, muitas vezes com um perfil popular, atendendo o padrão de renda e consumo de algumas populações.

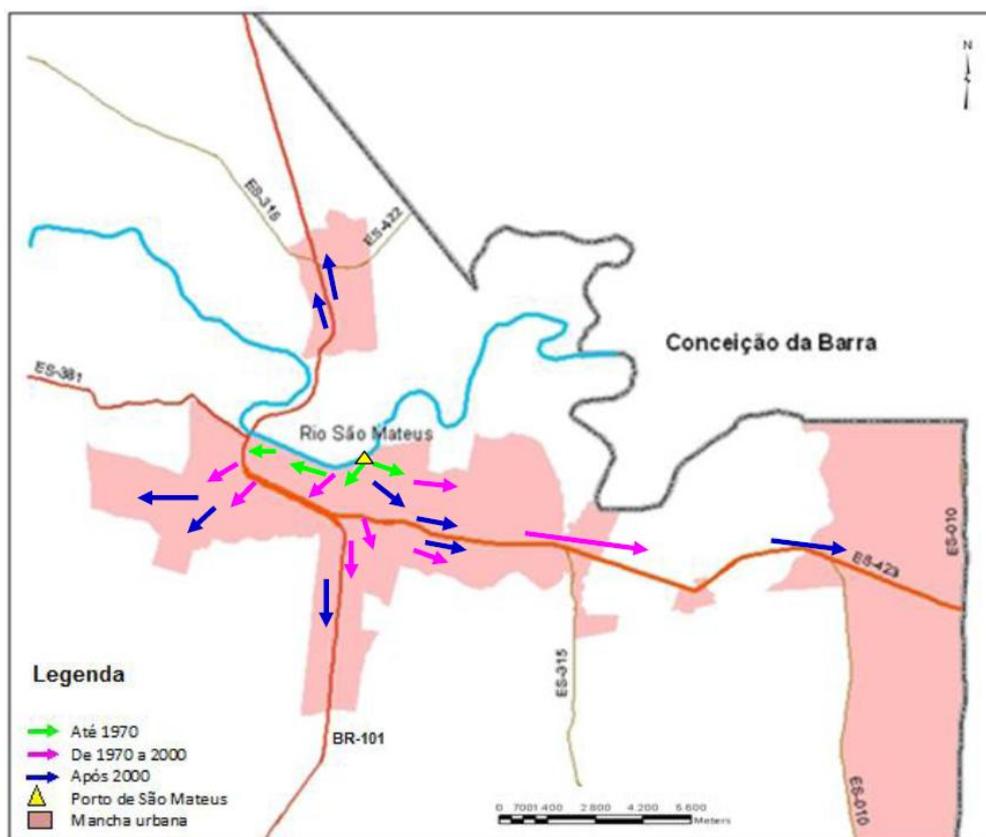
Essa organização comercial incorporou um modelo cultural das sociedades urbanas periféricas, onde o consumo dito moderno não se enraizou e causando um distanciamento com padrões de consumo e hábitos de residências mais centrais, ou dos empreendimentos que visam à autossegragação urbana. Aos bairros de periferia caracterizados inicialmente podemos citar o Bom Sucesso, Aroeira, Vitória, Seac, Litorâneo, Novo Horizonte e Vila Nova, aos centralizados como o Boa Vista, Sernamby, Ideal e Universitário.

Até a década de 1970, a ocupação se efetivava nas proximidades do Centro e do Porto, sendo limitado pela rodovia BR 101. Assim, o conjunto residencial dessa cidade se concentrava apenas no sentido leste dessa rodovia. A partir dessa década, o espaço urbano mateense passa por intensas modificações em virtude do desenvolvimento econômico do município (BONOMO, 2010). Desta forma, são iniciadas e intensificadas as habitações no entorno do Centro no sentido sul (Fátima e Ideal), ao mesmo tempo, as ocupações ultrapassam o limite da BR 101, ocupando a margem oeste de via sem grande expansão. O popular bairro Vila Nova é formado nesse período por migrantes que buscavam trabalho em São Mateus e não tinham acesso as residências centrais, ocupando essa área sem um planejamento urbano, em um aspecto de ocupação natural. O Bairro Vila Nova, o Bairro Porto e o Centro da Cidade são os únicos que se configuram de forma natural.

Com o advento do Século XXI a urbanização horizontalizada de São Mateus ganha dinamismo ainda maior. É nesse período que irão se formar os bairros periféricos, alguns com expansão de habitações do sentido oeste da rodovia federal, como o Ayrton Senna e

o Alvorada, e outros tem uma fragmentação mais nítida ocupando as margens da BR 101 na entrada norte (bairro Litorâneo) e sul (bairro Seac e Rodocom). O mapa 2 representa essa expansão horizontal da mancha urbana de São Mateus ao longo do tempo.

Mapa 2: Expansão urbana de São Mateus-ES



Fonte: Soliane Bonomo, 2010 - adaptado da Secretaria Municipal de Planejamento

Impulsionada pela atividade turística, a localidade de Guriri expande sua urbanização numa faixa de terra que vai do rio Mariricu até linha de costa. Sua urbanização se estende de forma horizontal no sentido Norte e Sul da Rodovia Othovarino Duarte Santos (ES-315). Com a grande demanda habitacional de São Mateus, Guriri se comporta como moradia fixa para populações que em sua maioria trabalham na sede do município, deixando de ter apenas o caráter de segunda residência e apresentado como uma urbanização dormitória durante a semana. A evolução espacial da ocupação urbana de São Mateus no sentido Leste, aglutina pontos de urbanização como Pedra D'água e Rio Preto em uma espécie de "conurbação intramunicipal" (SOUZA, 2003).

### 3.1.6. A evolução da economia mateense e os tempos da globalização:

As primeiras atividades econômicas de São Mateus se realizavam em caráter de subsistência devido à dificuldade de técnicas de produção com a precária colonização portuguesa no século XVI. Com a intensificação do tráfico negreiro, o porto de São Mateus se configura como um grande centro de comercialização de escravos, e o trabalho destes nos latifúndios dos barões desenvolvem a produção de farinha de mandioca comercializada no porto de São Mateus para outros centros de consumo como Ilhéus na Bahia.

Durante muito tempo, a economia mateense se estagnou em poucas atividades agrícolas com comercialização restrita devido à dificuldade de escoamento ocasionado com o isolamento do norte capixaba com as áreas centrais do país e do estado. No fim do século XIX, desenvolveu-se a produção do café e de outros bens agrícolas com os núcleos colonizados por italianos. Apenas no século XX, as atividades econômicas do município irão se diversificar e intensificar com o comércio madeireiro, a expansão agrícola, e conseqüentemente o comércio de mercadorias manufaturadas ofertadas na cidade com o capital excedente do campo, redefinindo as funções dos diversos espaços do município e modificando drasticamente seus ambientes naturais (NARDOTO, 1999).

Outro grande impacto na economia mateense foi a plantação de grandes áreas de eucalipto para serem utilizadas como matéria-prima de indústrias, sendo que estas plantações ocupam uma expressiva área do centro do território municipal. A partir da década de 1970, a Petrobras S/A amplia seu campo extrativista no município e elevou o PIB municipal com atividades que excedem o extrativismo e se esboça em diversas funções administrativas e terceirizadas, refletindo num intenso fluxo demográfico para a cidade de São Mateus alterando suas paisagens (NARDOTO, 1999). Além desses investimentos, o sistema de indenização dos impactos produzidos pela empresa, os *royalties*, elevaram os recursos do poder público municipal, possibilitando maiores investimentos em setores estratégicos.

O desenvolvimento técnico da mobilidade deste território dinamizou São Mateus em sua rede de comércio e recepção de mercadorias modernas, principalmente pela pavimentação da rodovia estadual ES-381 e principalmente da rodovia federal BR 101,

conectando a cidade aos principais centros econômicos do estado (Vitória e Linhares) e das metrópoles nacionais (Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte).

A economia mateense atualmente segue seu dinamismo devido sua importante densidade técnica, condicionando a perspectivas de atividades industriais (como a Volare, do segmento de montagem de veículos), rurais (com alta produção de mercadorias de caráter internacional com valores no mercado de futuros), comerciais (intensificação de atividades de varejo), serviços (oferta de atendimentos públicos e privados na educação, saúde, entre outros) e do turismo, histórico no bairro porto e de praia principalmente em Guriri (PORTUGUEZ, 2001). Desta forma, atualmente 67,5% da população economicamente ativa do município trabalha nos setores de serviços, 23,5% nas atividades rurais e 9% nas indústrias (IJSN, 2011).

### 3.1.7. Diversidade cultural/ demográfica/ religiosa:

Ao abordar a territorialidade rural e o antigo processo de ocupação de São Mateus, descrevemos o processo de recepção dos diversos grupos étnicos. Nesse momento, resenhamos sobre a presença das diversidades culturais contribuídas por esses grupos.

A compreensão da diversidade cultural de São Mateus não se deve ser reduzida a ocupação originária de europeus e africanos nos territórios indígenas, mas também no grande fluxo de populações que ocorreram no século XX. A oferta de atividades econômicas no setor de petróleo desaguou na necessidade de outras atividades atraindo populações da Bahia, Minas Gerais e outros municípios capixabas. Ao mesmo tempo, populações originárias do sul do estado ocuparam o interior de São Mateus, onde o surgimento de alguns núcleos urbanos se estabeleceu como ponto de encontro do cotidiano e da economia rural. Essa recepção cultural miscigenou ainda mais o município de São Mateus e até levou ao desenvolvimento e conseqüentemente a emancipação de algumas comunidades como o município de Jaguaré.

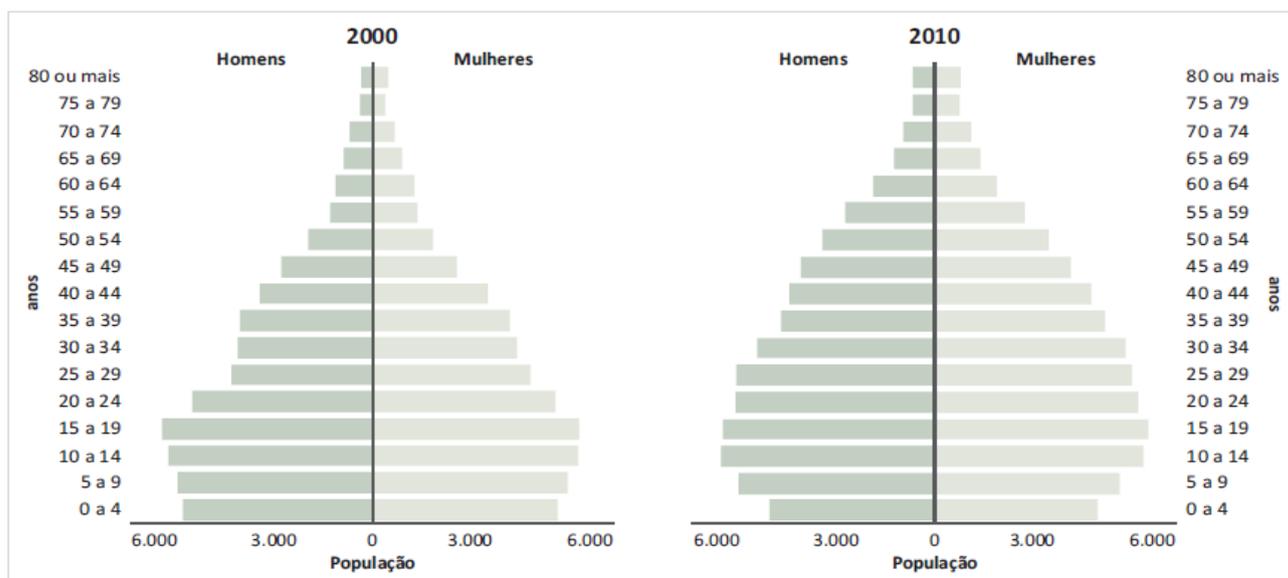
Esse fluxo de pessoas trouxe para o município uma grande diversidade de modelos religiosos. É visível a tradição católica do município originária da colonização portuguesa e intensificada com a chegada dos italianos. Atualmente, 59.867 praticam essa religiosidade. Na contramão da fé católica, outras instituições cristãs estão em constante

expansão em São Mateus, reunindo diversos grupos de evangélicos de vários segmentos, compondo 36.227 praticantes. Outros modelos religiosos minoritários se instalam no município como o espiritismo e o candomblé, contribuindo ainda mais para a diversidade cultural de São Mateus. Atualmente, 9.468 pessoas se declaram sem religião no município (IBGE *in* IJSN, 2011).

Segundo o IBGE, a população mateense passa nas últimas décadas por um crescimento vegetativo positivo, chegando a 122.668 habitantes em julho de 2014. Esse crescimento ocorre em uma média de 1,5% ao ano. Nessa passagem de século, a população cresce de 73.830 em 1991 para 81.894 em 1996, 90.460 em 2000, rompe a barreira dos 100 mil habitantes em 2005, atinge 109.067 no censo de 2010 e ultrapassando a faixa dos 120 mil em 2014.

Ao mesmo tempo em que a população cresce no município, alavancadas pela demografia urbana, sua distribuição etária segue a tendência nacional, onde há uma queda nas taxas de natalidade e envelhecimento da população, como pode ser percebido no gráfico 1, analisando os índices dos dois últimos censos.

Gráfico 1: Evolução da Pirâmide Etária de São Mateus: 2000-2010.



Fonte: IJSN adaptado aos dados do Censo do IBGE de 2010.

### 3.1.8. Diversidade natural:

O ambiente natural mateense reflete em sua considerável área uma diversidade de conjuntos naturais presentes. Caracterizam-se aqui abaixo esses ambientes:

3.1.8.1. Relevo: Em sua linha de costa o relevo mateense apresenta altitude baixa e formação geológica recente (Cenozóico-Quaternário), atribuídas à regressão marinha. A partir da mancha urbana da sede do município, verifica-se uma espécie de platô de formação terciária, mais antiga a linha de costa com topografia relativamente plana e desenvolvida formação pedológica, compreendendo a maior área do município. Na porção oeste, surgem os afloramentos rochosos originários do Pré-Cambriano próximo ao limite com o município de Nova Venécia, onde se verifica as maiores elevações de São Mateus.

3.1.8.2. Clima: Por se localizar na Zona Tropical e na linha costeira, São Mateus tem na maior parte do ano temperaturas acima de 20 °C e uma pluviosidade acima de 1000 mm anual (INCAPER, 2013). Influenciado pela proximidade com o Oceano Atlântico, as precipitações, muitas vezes ocorrem por convecção, ocasionadas pela capacidade de evaporação dada a intensa radiação solar recebida na maior parte do ano. Na contramão deste fato, a evapotranspiração se reduz devido à disponibilidade cada vez menor de plantas originárias do ambiente atlântico com o uso urbano-industrial e agropecuária do solo a partir do século XX. As exceções das características citadas são os meses de maio a agosto, onde as temperaturas e as precipitações se reduzem.

3.1.8.3. Hidrografia: Pela localização costeira de São Mateus, esse espaço hidrográfico se estabelece como ponto de junção de vários arranjos fluviais a fim de formarem a jusante de suas bacias hidrográficas. Nos terrenos mais altos do município, ocorre a formação de corredeiras e com a declividade do relevo esses fluxos se encontram e formam o rio São Mateus que irá desaguar no município de Conceição da Barra. Essa bacia é a de segunda maior extensão do Espírito Santo e se classifica como uma bacia nacional por ter sua montante no estado de Minas Gerais (TEUBER JUNIOR, 2002). A hidrografia mateense não se reduz a bacia do São Mateus, pois na faixa norte percorre afluentes que formam a bacia do Itaúnas e na faixa sul o Barra Seca é responsável pela formação do Lago Suruaca de influência fluvial e marinha.

3.1.8.4. Vegetação: Os ambientes climáticos, geomorfológicos e hidrológicos mateenses citados anteriormente, são determinantes para a distribuição dos modelos vegetais desse espaço. Na maior faixa de terras originalmente se encontra os resíduos da Mata Atlântica, com formação de arbóreos em elevada densidade caracterizando uma floresta visivelmente exterminada pelas atividades econômicas e projetos de expansão da fronteira capixaba. No litoral, a influência fluvio-marinha formou mangues no entorno do rio Mariricu e restinga em toda linha de costa, também alteradas por atividades econômicas como o extrativismo de petróleo.

3.1.8.5. Solo: Na maior parte do município predominam os latossolos nas áreas de formação terciária com elevada espessura e lixiviação. Essa área é oriunda de uma formação rochosa e intemperizada quimicamente, sendo bastante utilizada para atividades agrícolas e de silvicultura. O solo litorâneo é arenoso e de formação regressiva a última glaciação geológica. Já no extremo oeste, compõem-se os regolitos associado ao afloramento de rochas ígneas.

### 3.1.9. Impactos Ambientais:

Em virtude da grande ocupação do norte do estado, através das políticas de estado de expansão das fronteiras capixabas em meados do século XX, São Mateus passa um intenso processo de reterritorialização com a apropriação de diversos ambientes naturais pelos atores capitalistas de diversas escalas. Entre esses podemos enumerar:

3.1.9.1. Impacto na Mata Atlântica: O interior do município de São Mateus é impactado pela redução da floresta atlântica com dois argumentos econômicos. O primeiro a extração da vegetação natural a transformava em mercadoria para a construção de residências e móveis e transportadas para os estados do centro econômico brasileiro, principalmente o Rio de Janeiro. Nesse período, desenvolveram-se em todo o norte capixaba as indústrias de transformação de madeiras (serrarias), dinamizando a economia de alguns núcleos de povoamento que se elevaram a municípios emancipados de São Mateus posteriormente. Com o solo exposto, abriu-se um grande campo para a ocupação dessas terras tidas agora como devolutas e ocupadas por diversas atividades agrícolas, principalmente o café. É preciso ressaltar que o século XX é o período de grande modificação desse ambiente, mas a redução da mata atlântica também foi

verificada no final século XIX com a colonização italiana no centro e no oeste do município. A instalação de indústrias de celulose no sul da Bahia e no município de Aracruz demandou grande necessidade de eucalipto para a produção de celulose. Estas plantações se efetivaram em áreas de vegetação originária descaracterizando o bioma tropical além de desterritorializarem áreas de minifúndios que preservavam algumas parcelas de floresta. Este foi o maior impacto sofrido pelo bioma tropical no município caracterizado pelo capital externo, tendo em vista que as indústrias de celulose são transnacionais sediadas na Europa (FERREIRA, 2002).

3.1.9.2. Impacto litorâneo: Os cordões litorâneos formados com a regressão marinha e os canais fluviais presentes, organizaram o litoral mateense como um ambiente alagado periodicamente pela baixa altitude, sendo essa inundação evidente no período de maiores precipitações e encontrando o mar. Visando a maior disponibilidade de terras, ainda no século XIX houve a abertura artificializada da foz do rio Mariricu, formando a Barra Nova e a ilha de Guriri (NARDOTO, 2004). Já no século XX, o governo federal via DNOS (Departamento Nacional de Obras e Saneamento), drenou grande quantidade do alagado do Suruaca em São Mateus e Linhares. Todas essas políticas visavam à ocupação da hinterlândia capixaba, com o intuito de dinamizar a economia do estado, apropriando essa área principalmente para a atividade econômica da pecuária. Um dos principais impactos dessa dispersão hídrica foi a exposição do solo de turfa. Esse de formação orgânica emite muitas vezes gases nos períodos de seca, gerando poluição atmosférica. Mais recentemente a construção de um terminal da estatal Petrobras S/A, reduziu drasticamente a faixa de restinga e de mangue na comunidade de Campo Grande, gerando impactos econômicos para as populações ribeirinhas que sobrevivem da pesca do caranguejo.

3.1.9.3. Outros impactos: Além dos impactos citados acima, percebe-se uma grande compactação do sistema pedológico ocasionado pela grande área de ocupação pecuária. As poluições de caráter urbano-industrial, como poluição atmosférica e visual. Outro impacto importante se dá nos cursos fluviais como a emissão de resíduos de residências e indústrias, tanto no interior como na cidade, além do assoreamento desses canais causado pelo desmatamento da vegetação ciliar.

### 3.2. Conceitos estruturantes a evolução cognitiva do conhecimento geográfico local

Nessa fase do trabalho, onde a caracterização do território mateense é conhecida, buscase a interação dos eventos em escala local com os principais conceitos geográficos, delimitando os aspectos do município na metodologia de pesquisa e estudo do campo acadêmico da Geografia. Essa proposta visa não apenas a interação de conteúdos do lugar no currículo, mas a empirização desses conceitos no cotidiano e nos diversos aspectos da espacialidade de São Mateus, direcionando-o para uma organização curricular coerente com as abordagens multiescalares do ensino e da capacidade de apropriação e reflexão do conhecimento pelo educando.

Tendo essa pesquisa consonância com a proposta dos PCN's em Geografia, a organização curricular do estudo do lugar deve se atentar ao modelo apresentado pelo estado nacional em suas políticas públicas para a educação do Brasil. Não pode ser entendido como uma submissão ao estado, mas sim como um modelo norteador para a organização curricular, articulando os Parâmetros Nacionais, o Plano de Ensino da rede municipal, construído pelos professores da rede ensino de São Mateus, as abordagens pedagógicas vinculadas à renovação da Geografia escolar e do espaço de vivência, discutidas anteriormente.

Sendo a organização dos PCN's em ciclos e eixo, observa-se aqui que esta pesquisa é delimitada a propor uma organização curricular do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, restringindo nossa análise aos terceiros e quartos ciclos. Cada ciclo está dividido em eixos que são temáticas de discussão do espaço respeitando a fase cognitiva do educando e refletindo as escalas geográficas do local-regional até o espaço mundial. Nesse sentido, o componente curricular da Geografia de São Mateus se efetiva com maior presença no terceiro ciclo, sendo que o quarto ciclo seria proposto ao educando maior capacidade de abstração ao abordar as escalas mais abrangentes em sua conexão com o lugar.

Assim, os dois quadros seguintes, não tem como objetivo apontar os conteúdos a serem propostos no currículo municipal, mas ilustrar temáticas que podem ser discutidas com os eixos norteadores dos PCN's e sua interação com a escala local.

Quadro 2: Temas relevantes da Geografia de São Mateus no terceiro ciclo dos PCN's

<b>EIXO</b>	<b>TEMAS DA GEOGRAFIA DE SÃO MATEUS</b>
<b>1. A Geografia como possibilidade de leitura e compreensão do mundo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A construção do espaço mateense.</li> <li>• As paisagens de São Mateus e suas diversas temporalidades.</li> </ul>
<b>2. O estudo da Natureza e sua importância para o Homem</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A dinâmica do ambiente físico de São Mateus.</li> <li>• A natureza como recurso apropriado pelo homem no município.</li> </ul>
<b>3. O campo e a cidade como formações sócio-espaciais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As diversas funções do uso do solo rural mateense ao longo do tempo.</li> <li>• A urbanização de São Mateus, em sua organização, centralidade e fragmentação.</li> </ul>
<b>4. A Cartografia como instrumento na aproximação dos lugares e do mundo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A leitura cartográfica na escala local, suas dimensões e percepções.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor através dos eixos dos PCN's (1998) em Geografia

Quadro 3: Temas relevantes da Geografia de São Mateus no quarto ciclo dos PCN's

<b>EIXO</b>	<b>TEMAS DA GEOGRAFIA DE SÃO MATEUS</b>
<b>1. A evolução das tecnologias e as novas territorialidades em rede.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A evolução da densidade técnica de São Mateus e sua centralidade regional.</li> <li>• A mutação da economia mateense e seus impactos demográficos.</li> </ul>
<b>2. Um só mundo e muitos cenários geográficos.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O multiculturalismo presente no espaço mateense.</li> </ul>
<b>3. Modernização, modo de vida e a problemática ambiental.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O consumo do/no espaço mateense</li> <li>• Os impactos ambientais de São Mateus.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor através dos eixos dos PCN's (1998) em Geografia

O quadro a seguir ilustra como os conceitos norteadores em Geografia podem ser discutidos no espaço local.

Quadro 4: O uso dos conceitos geográficos no ensino da Geografia de São Mateus

<b>CONCEITOS</b>	<b>RELEVÂNCIA NA ANÁLISE ESPACIAL MATEENSE</b>
<b>Espaço</b>	Compreensão da organização do município como fruto de diversas interações, que vestido de diversas ideologias, ao longo do tempo, produzem a organização geográfica do município em seus diversos aspectos. A análise espacial nos faz refletir não apenas na configuração do presente como resultado histórico em seus diversos anseios, mas também nas perspectivas e identificações no qual o lugar será para sua população e na sua(s) rede(s) que justifica(m) seu cotidiano.
<b>Paisagem</b>	Refletir as diversas temporalidades presentes no lugar. Os motivos no qual o espaço se resultou com esse ordenamento. A paisagem é um exercício para compreender a espacialidade e possibilitar ao educando uma visão crítica e social através do exercício de sua percepção sensorial.
<b>Território</b>	Definir as diversas formas de apropriação dos atores sociais em São Mateus, definindo as relações de poder e sua delimitação espacial, compreendendo assim a formação dos territórios como flexível às formas de dominação dos vários espaços (naturais, urbanos, rurais...) imprimindo na paisagem suas manifestações ideológicas.
<b>Região</b>	Reconhecer os recortes regionais presentes no município como fruto de sua elevada extensão territorial e de sua diversidade no uso do solo, reconhecendo também as estratégias definidoras da regionalização municipal como campo do planejamento territorial através de seus atores políticos.
<b>Área</b>	Perceber a dimensão física do município como condição de sua variedade de ambientes naturais e suas diversas formas de apropriação humana.
<b>Ambiente</b>	Reconhecer os conjuntos naturais de São Mateus como processo de evolução dos seus ambientes em seus ecossistemas, distinguindo seus diversos recortes no relevo, no solo, na hidrografia, clima e vegetação.
<b>Globalização</b>	Compreender que a densidade técnica estruturada no território mateense o condiciona com papel de centro regional, distribuindo, consumindo e se comunicando com diversos espaços, muitas vezes internacionalizados, refletindo na cultura e no cotidiano de São Mateus em sua efetivação nas redes de ordem global.

Fonte: Elaborado pelo autor segundo os eixos dos PCN's (1998) em Geografia.

Desta forma, busca-se um sincronismo entre os eixos norteadores dos PCN's e sua aplicação no currículo municipal. Para uma melhor evolução conceitual do aluno a proposta deve direcionar uma evolução do educando nas abordagens conceituais, pois a medida que este evoluir em suas definições teóricas este estará apto para o acompanhamento de conteúdos de maior exercício de abstração. A evolução conceitual e cognitiva levará o aluno a uma maturidade econômica na última série do Ensino Fundamental, onde o educando deverá relacionar os diversos eventos geográficos em múltiplas escalas. Essa pesquisa propõe um currículo identitário considerando esse processo de evolução conceitual do aluno, sempre o associando as questões mais pertinentes no território mateense.

### 3.3. Proposta de inserção curricular por conteúdos

Em suma, a todas as discussões já obtidas com o levantamento bibliográfico, o estudo em seu desfecho propõe um quadro de conteúdos referentes à Geografia de São Mateus a serem inseridos no currículo da rede municipal em suas séries finais do Ensino Fundamental.

Possibilitando uma junção entre as abordagens na qual a SME- São Mateus, organizou o Plano de Ensino atual (SÃO MATEUS, 2014), esboça-se aqui uma reflexão desses conteúdos gerais com a espacialidade mateense. Na perspectiva do levantamento dos conceitos mais discutidos na Geografia Escolar atualmente, expostos anteriormente, não se pretende aqui desconsiderar o programa de ensino atual, construído em constantes debates pela coordenação pedagógica, através da coordenação de área de Geografia da SME, desde 2004, mesmo que a temática do estudo do lugar não tenha entrado em pauta.

A proposta aqui segue o raciocínio da inserção/interação do espaço de vivência no currículo dessa rede de ensino. O quadro a seguir indica as macroabordagens desse programa por série e as possibilidades de diálogo entre a divisão de conteúdos do atual programa de ensino com a Geografia de São Mateus.

Quadro 5: Abordagem geral do Programa de Ensino de Geografia na rede municipal de ensino e suas possibilidades de interação com a Geografia de São Mateus:

<b>SÉRIE</b>	<b>TEMA GERAL</b>	<b>POSSIBILIDADES DE DIÁLOGO COM O ESPAÇO DE VIVÊNCIA</b>
<b>6º ANO</b>	<b>Introdução a Geografia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreensão do lugar, como objeto de estudo na paisagem e no espaço.</li> <li>• Atribuir os recursos cartográficos a localização do espaço municipal.</li> <li>• Perceber as modificações da cidade e do campo presentes nas paisagens mateenses.</li> </ul>
<b>7º ANO</b>	<b>Regionalização e Territorialidade Brasileira</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar a evolução territorial mateense no contexto dos processos de ocupação do Brasil.</li> <li>• Verificar o modelo regional organizado em São Mateus na perspectiva da regionalização administrativa nas diversas escalas da política.</li> </ul>
<b>8º ANO</b>	<b>Organização do Mundo Atual I</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relacionar os macroelementos formadores dos modelos naturais e suas alterações espaciais com a formação de uma segunda natureza em São Mateus.</li> </ul>
<b>9º ANO</b>	<b>Organização do Mundo Atual II</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Perceber as modificações no espaço de São Mateus com sua interação nas redes econômicas, sociais e de comunicação com o advento da globalização.</li> </ul>

Fonte: Adaptado pelo autor através do Programa de Ensino de Geografia da SME - São Mateus/2014.

### 3.3.1. As temáticas geográficas mateenses no currículo municipal

O desfecho desse trabalho vem ofertar uma seleção de conteúdos que poderão se interagir nas diversas ordens escalares do ensino de Geografia, tendo o lugar como protagonista. Assim, os quadros seguintes vêm refletir os grandes temas geográficos presentes na peculiaridade do território mateense e sua possibilidade de desenvolvimento cognitivo do educando na fase final do ensino fundamental. Estes estabelecendo uma ordem de acordo com as séries dos alunos em sua projeção aos PCN's, o primeiro conteúdo apresentado evidencia a caracterização do território municipal, sua regionalização e a abordagem com escalas geográficas mais abrangentes. É proposto também os diversos sub-temas que

Quadro 6: Aspectos territoriais e regionalização mateense

<b>Conteúdo</b>	<b>Aspectos Territoriais e Regionalização Mateense</b>
<b>Conceitos adquiridos</b>	Área, Região, Território, Territorialização, Política, Fronteira e Limite administrativo.
<b>Pré-requisito</b>	Identificar o território mateense atual como resultado de um processo de uso e apropriação de diversas outras territorialidades presentes, definindo-o através de conflitos de diversas naturezas políticas em suas intencionalidades e modificações espaciais.
<b>Ciclo dos PCN's e série</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 3º - A Geografia como possibilidade de leitura e compreensão do mundo.</li> <li>• 6º ano.</li> </ul>
<b>Abordagem multiescalar</b>	Compreender as redefinições territoriais como fruto de processos de ocupação interagido com adventos econômicos externos, resultando na ativação de diversos núcleos de povoamento a outras redes geográficas, fragmentando assim o espaço municipal original de São Mateus em diversos outros municípios e o regionalizando internamente.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos PCN's (1998) em Geografia.

Quadro 7 – Os sub-temas dos aspectos territoriais e regionalização mateense

<b>Sub-tema</b>	<b>Habilidade proposta</b>
<b>Formação do território mateense</b>	Apontar os eventos históricos que resultaram na atual configuração do território municipal.
<b>Características do território mateense</b>	Observar os principais elementos espaciais (ambiente físico ocupação, funcionalidade, densidade técnica e recursos), do município como um todo.
<b>Funcionalidade territorial e a remodelagem do espaço mateense</b>	Cartografar as diversas funções do espaço em sua remodelagem do espaço urbano e do campo e a sobreposição da natureza.
<b>Divisão distrital de São Mateus</b>	Caracterizar o modelo de divisão regional/distrital de São Mateus, em sua política de expansão de seus limites geográficos em sua formação territorial.
<b>Territórios tradicionais em São Mateus</b>	Identificar os grupos sociais de territórios delimitados, onde a apropriação do capital pouco modificou os hábitos culturais dessas comunidades, estabelecendo uma territorialidade própria, identitária e resistente, no caso dos espaços remanescentes de quilombolas e ribeirinhos.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos PCN's (1998) em Geografia.

percorrem as discussões necessárias para a apropriação desse conteúdo por parte do educando. Os sub-temas se organizam em um dinamismo transdisciplinar, onde conhecimentos de outras disciplinas devem ser articulados e inseridos no desenvolvimento das aulas. Com isso, o espaço local se apresenta como elemento semeador de uma discussão ampla na escola, sempre aproveitando pedagogicamente do grande potencial de conhecimento exposto pelos educandos em seu cotidiano.

Observando na caracterização do espaço mateense a grande diversidade de ambientes naturais, propõe-se aqui o estudo do espaço físico do município. Nessa etapa cognitiva do aluno, esse conhecimento vem estruturar uma visão crítica do educando nas séries seguintes e na concepção das diversas formas de uso da natureza. Assim, a princípio, apresenta-se uma possibilidade de estudo das dinâmicas naturais de São Mateus como no relevo, na hidrografia, no clima, no solo e na vegetação.

Quadro 8: Aspectos naturais de São Mateus

<b>Conteúdo</b>	<b>Aspectos Naturais de São Mateus</b>
<b>Conceitos adquiridos</b>	Natureza, Clima, Relevo, Bioma, Meio Ambiente, Hidrografia e Solo.
<b>Pré-requisito</b>	Caracterizar os aspectos físicos do município (clima, relevo, solo, hidrografia, vegetação) em suas inter-relações e o associando à organização espacial do município.
<b>Ciclo dos PCN's e série</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 3º - O estudo da Natureza e sua importância para o homem.</li> <li>• 6º ano.</li> </ul>
<b>Abordagem multiescalar</b>	Identificar o modelo natural apresentado no território mateense como resultado de diversas dinâmicas ocorrentes no mundo físico (tectônica de placas, intemperismo, deslocamento de massas de ar, maritimidade, energia, precipitação) que se intercalam e se sobrepõem no recorte espacial em questão.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos PCN's (1998) em Geografia.

Quadro 9 – Os sub-temas dos aspectos naturais de São Mateus

<b>Sub-tema</b>	<b>Habilidade proposta</b>
<b>Relevo de São Mateus</b>	Caracterizar os modelos geomorfológicos e topográficos de São Mateus em sua formação geológica e suas espacializações.
<b>Clima de São Mateus</b>	Identificar os principais eventos climáticos do município (precipitação e temperatura) e suas variáveis sazonais.
<b>Vegetação de São Mateus</b>	Relacionar o modelo vegetal de São Mateus (mata atlântica, mangue e restinga) condicionado pela maritimidade e os aspectos climáticos e pedológicos do município.
<b>Hidrografia mateense</b>	Cartografar São Mateus no conjunto das Bacias Hidrográficas do Brasil, espacializando os rios tributários e principais das bacias do São Mateus, Barra Seca e Itaúnas.
<b>Tipos de Solo em São Mateus</b>	Identificar os tipos de solo do município, compreendendo seu processo de formação e lixiviação com os fatores climáticos e geológicos desse espaço.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos PCN's (1998) em Geografia.

Os quadros 10 e 11 discutem o espaço urbano de São Mateus. A dinâmica evolutiva da urbanização de São Mateus se apresenta como um dos principais pontos de discussão geográfica do território mateense. Nela podem ser percebidas várias conjunturas do município, já que a cidade se apresenta como o ponto de encontro, residência e anseios da maior parte da população do município. Ao mesmo tempo, outras populações necessitam dos serviços ofertados pela cidade de São Mateus, intensificando e centralizando uma rede regional no Nordeste capixaba. Desta forma, a reflexão da urbanização mateense deve se associar a compreensão/evolução do educando em diversos conceitos como paisagem, fragmentação, expansão horizontal, centralidade entre outros. A apropriação desses conhecimentos levará a interpretação dos diversos recortes temporais percebidos no espaço urbano de São Mateus.

Quadro 10: A urbanização de São Mateus

<b>Conteúdo</b>	<b>A urbanização de São Mateus</b>
<b>Conceitos adquiridos</b>	Lugar, Paisagem, Cidade, Campo, Centralidade, Fragmentação e Desigualdade.
<b>Pré-requisito</b>	Ter capacidade de identificar as diferentes formas da paisagem urbana como processo histórico e de diversas ações e intervenções da sociedade em suas intencionalidades.
<b>Ciclo dos PCN's e série</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 3º - O campo e a cidade como formações socioespaciais.</li> <li>• 7º ano.</li> </ul>
<b>Abordagem multiescalar</b>	É preciso reconhecer a urbanização mateense inserida na rede de cidades brasileiras, exercendo essa um caráter de centro regional. Nessa fase cognitiva do aluno, pode-se iniciar a noção de integralidade entre os espaços, dando uma ideia introdutória do funcionamento dos fluxos globais, mesmo que esse conceito ainda não esteja solidificado nessa etapa estudantil ao educando.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos PCN's (1998) em Geografia.

Quadro 11 – Os sub-temas da urbanização de São Mateus

<b>Sub-tema</b>	<b>Habilidade proposta</b>
<b>História da urbanização mateense</b>	Abstrair a noção de tempo para compreender os processos de construção da urbanização mateense.
<b>Paisagem urbana de São Mateus</b>	Diferenciar os recortes espaciais presentes nas paisagens, observando as diversas temporalidades que coexistem no espaço urbano em questão.
<b>Crescimento horizontal urbano de São Mateus</b>	Observar a organização espacial condicionada pela estrutura geológica e a topografia do tecido urbano, associando as novas funções que levaram a expansão urbana.
<b>Centralidade urbana mateense</b>	Reconhecer a centralidade urbana exercida pela cidade de São Mateus no extremo norte capixaba, sendo possível através do aparato técnico, administrativo e potencial econômico e dos serviços oferecidos por essa cidade.
<b>Fragmentação urbana em São Mateus</b>	Visualizar a fragmentação urbana de São Mateus como fruto da descentralização da cidade e da desigualdade social refletida nas diversas formas de ocupação deste espaço.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos PCN's (1998) em Geografia.

A maior parte do espaço físico de São Mateus tem funcionalidade rural. Observando a história desse município, verificam-se as diversas formas de organização do território rural a partir das demandas sociais e econômicas ao longo do tempo. Com essa pertinência, propõe-se aqui a inserção dessa temática no currículo municipal da seguinte forma:

Quadro 12: Territorialidade rural mateense

<b>Conteúdo</b>	<b>Territorialidade rural mateense</b>
<b>Conceitos adquiridos</b>	Lugar, Paisagem, Campo, Uso do solo, Território, Desterritorialização, Reterritorialização e População.
<b>Pré-requisito</b>	Compreender o uso do solo rural apropriado ao modo de vida das populações identitárias a esse espaço e/ou sua remodelagem a fim de atender os interesses comerciais.
<b>Ciclo dos PCN's e série</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 3º - O campo e a cidade como formações socioespaciais.</li> <li>• 7º ano.</li> </ul>
<b>Abordagem Multiescalar</b>	Busca-se aqui identificar as mudanças ocorridas no campo com a participação de São Mateus no comércio mundial de mercadorias, associado a valores de mercado futuros, ao mesmo tempo apontar áreas rurais na qual prevaleçam a subsistência, mesmo que o modelo agroexportador apresente pressão financeira.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos PCN's (1998) em Geografia.

Quadro 13 – Os sub-temas da territorialidade rural mateense

<b>Sub-tema</b>	<b>Habilidade proposta</b>
<b>Ocupação do espaço rural de São Mateus</b>	Cartografar as diferentes ocupações dos imóveis rurais do município, tendo em vista seu modelo cultural.
<b>O Campo e o modo de vida rural</b>	Associar o uso do solo com os processos identitários das diversas comunidades rurais do município.
<b>A produtividade rural do Município</b>	Levantar as principais atividades rurais de São Mateus e sua importância na economia municipal.
<b>Apropriações rurais e as conquências demográficas</b>	Compreender como os novos modelos de uso agrícola, pecuário e extrativista em São Mateus, resultarem em uma desvalorização do trabalho no campo e forçou migrações para as áreas urbanas.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos PCN's (1998) em Geografia.

Quadro 14: Impactos ambientais em São Mateus

<b>Conteúdo</b>	<b>Impactos Ambientais em São Mateus</b>
<b>Conceitos adquiridos</b>	Paisagem, Ambiente, Natureza, Impacto, Apropriação, Poluição, Desmatamento e Cultura.
<b>Pré-requisito</b>	Reconhecer a produção de um espaço artificial, como processo de apropriação das diversas formas do capital a natureza, alterando os modelos culturais de convivência da sociedade com os ambientes naturais constituídos no município.
<b>Ciclo dos PCN's e série</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 4º - Modernização, modo de vida e a problemática ambiental.</li> <li>• 8º ano.</li> </ul>
<b>Abordagem multiescalar</b>	As mudanças nos hábitos de consumo da sociedade global levaram a grandes necessidades de matérias-primas para o seu abastecimento. Sociedade de consumo na qual São Mateus se insere. Tendo o espaço mateense um grande complexo natural, muitos desses estavam/estão arraigados a cultura de algumas comunidades e passam por um processo de apropriação dos atores financeiros a fim de atender as demandas de consumo exógenos.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos PCN's (1998) em Geografia.

Quadro 15 – Os sub-temas dos impactos ambientais em São Mateus

<b>Sub-tema</b>	<b>Habilidade proposta</b>
<b>Natureza e identidade em São Mateus</b>	Apontar as comunidades onde seu cotidiano e economia esteja mais atrelado a composição natural do lugar.
<b>A reterritorialização da natureza</b>	Identificar os principais impactos ambientais ocorrentes no município, alterando a organização espacial e sua função.
<b>Os impactos ambientais e a sociedade mateense</b>	Refletir como os impactos ambientais interferem no cotidiano, impactando diretamente a sociedade, rompendo assim com a dicotomia sociedade-natureza.
<b>Educação Ambiental para São Mateus</b>	Conceituar Educação Ambiental e construir uma espécie de Agenda 21 para a comunidade escolar.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos PCN's (1998) em Geografia.

Como se pôde observar, a partir do 8º ano do Ensino Fundamental, onde o aluno possui uma maior maturidade educacional, apropriado de diversos conceitos geográficos, objetiva-se a discussão dos impactos ambientais do município. Nessa fase, o educando necessita de uma compreensão da dinâmica da natureza e os modelos capitalistas de apropriação do espaço, para que possa relacionar o espaço natural sobreposto pelo artificial em suas intencionalidades.

A forte mutação na economia mateense a partir do século XX, como foi exposto na caracterização do território mateense anteriormente, é responsável pela evolução do uso do espaço rural e urbano de São Mateus, além de alterar a dinâmica demográfica desse município. Essa temática exige do estudante uma maior capacidade de relação de escalas em diversos eventos temporais, inserindo a dinâmica do espaço mateense a globalização. Tendo esse tema grande impacto nesse território, refletido nas diversas paisagens do município, esse é ofertado ao currículo municipal com o seguinte formato por esse trabalho:

Quadro 16: Economia mateense e sua participação nas redes globais

<b>Conteúdo</b>	<b>Economia mateense e sua participação nas redes globais</b>
<b>Conceitos adquiridos</b>	Economia, Globalização, Desenvolvimento, Renda, Desigualdade, Rede, Produção, Consumo e Consumismo.
<b>Pré-requisito</b>	Estabelecer parâmetros entre a produtividade econômica em suas diversas atividades (rural, industrial e serviços) com as metamorfoses presentes no espaço mateense, identificando a dinâmica desse espaço como ação e apropriação do capital.
<b>Ciclo dos PCN's e série</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 4º - A evolução das tecnologias e as novas territorialidades em rede.</li> <li>• 9º ano.</li> </ul>
<b>Abordagem multiescalar</b>	As atividades econômicas de um centro regional como no caso de São Mateus está cada vez mais conectada a rede global de circulação de capitais. Esses investimentos ativam São Mateus na rede econômica de produtividade e consumo, modificando sua forma e função ao longo do tempo.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos PCN's (1998) em Geografia.

Na perspectiva de uma maior capacidade de interpretação espacial do cotidiano, o aluno do 9º ano se apresentará articulado a diversas reflexões da economia local que age diretamente em outras abordagens como no espaço rural e urbano de São Mateus. Desta forma, vários sub-temas são apontados como importantes na ação da economia local efetivada com a ação da rede de outras escalas, onde temas como empregabilidade, variações demográficas e produtividade são propostos nesse trabalho.

Quadro 17: Os sub-temas da economia mateense e sua participação nas redes globais

<b>Sub-tema</b>	<b>Habilidade proposta</b>
<b>Espaço da produtividade econômica de São Mateus</b>	Verificar as principais atividades econômicas do município, apontando as rupturas temporais com os adventos tecnológicos e seus impactos na configuração espacial.
<b>Empregabilidade e atividades setoriais no município</b>	Observar os setores e atividades econômicas do município de maior relevância e sua relação com a estrutura demográfica e de renda de São Mateus.
<b>Desenvolvimento e crescimento econômico municipal</b>	Relacionar os índices de crescimento econômico do município com o desenvolvimento social e a capacidade de consumo em São Mateus.
<b>Economia e mudanças demográficas em São Mateus</b>	Associar os diversos fluxos migratórios do município em suas redefinições a partir dos processos econômicos instalados nesse território ao longo do tempo.
<b>As transnacionais em São Mateus</b>	Relacionar os investimentos de corporações na funcionalidade do espaço mateense e seu impacto no PIB municipal, destacando a transnacional Petrobras S/A pelo alto volume de investimento nos setores extrativistas e de serviços administrativos, entre outros.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos PCN's (1998) em Geografia.

Assim, com esses conteúdos expostos, pretende-se optar por um projeto de ensino que interligue o estudo do lugar a outras perspectivas escalares do espaço, não elaborando um estudo do espaço de vivência de forma isolada, e sim articulada as velozes dinâmicas percebidas no espaço em tempos de globalização. Acredita-se que essa abordagem vem encorpar as práticas educacionais da rede de ensino do município de São Mateus, onde se busca a evolução cognitiva do educando e seu processo identitário com o seu lugar de pertencimento. Desta forma, a Geografia passaria por uma ampliação de seus objetivos

educacionais, inserindo o estudante a sua realidade vivenciada e tornando-o sujeito ativo em sua prática e existência social, levando-o de fato à cidadania.

## CONCLUSÃO

Na perspectiva da valorização do espaço de vivência como condicionante para o desenvolvimento do conhecimento geográfico por parte dos alunos, essa pesquisa apresentou uma proposta de inserção dos conteúdos da Geografia de São Mateus no currículo municipal para a disciplina de Geografia nesse município. Assim esse trabalho levantou questões pertinentes na abordagem do espaço local, articulando com o acontecer geográfico em outras escalas. Nesse sentido, houve discussão de teorias importantes para sua fundamentação tais como:

Primeiramente o estudo contextualizou a definição da Geografia como campo científico e a sua recepção acadêmica no Brasil, tanto pelo ensino como para as políticas de Estado (Moreira , Moraes, Santos, Lacoste). Em seguida foi analisada a evolução da escola no Brasil em seus diversos campos ideológicos, sua condição de inserção e segregação social e a forma pela qual se apresentou e se apresenta a Geografia escolar (Freire, Vesentini, Castellar, Castrogiovanni). A análise curricular foi apresentada apontando como as relações de poder impõem um determinado modelo social e de certa forma se infiltram no currículo, emergindo aqui um debate da nova espacialidade e temporalidade presente, a fim de perceber diversas formas culturais no cotidiano escolar (Veiga-Neto, Hall, Haesbaert, Harvey, Sacristán, Giroux). Em sequência foi refletido o espaço de vivência como método fenomenológico de ensino para a incorporação de conceitos geográficos por parte dos alunos, valorizando o seu cotidiano e a capacidade intuitiva de observação sensorial do espaço, condicionando a visualização das temporalidades presentes na paisagem local (Husserl, Gomes, PCN's, MEC, Santos). Finalizando o embasamento teórico foi analisado os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) em Geografia no 3º e 4º eixo para relacionar os conteúdos da Geografia de São Mateus com a organização do ensino fundamentada pelo governo federal, estruturada na perspectiva da Geografia renovada ou crítica (PCN's).

Após a reflexão teórica pertinente a essa análise, foi indagado um modelo metodológico para o desenvolvimento desse trabalho. Com a discussão referente aos PCN's já articulada ao espaço de vivência, optou-se pelo modelo bibliográfico, onde a pesquisa seguiu duas etapas:

A primeira, partindo do princípio que esse trabalho tem como objetivo apresentar uma proposta curricular onde estejam presente os conteúdos referentes ao espaço mateense, foi realizado um levantamento bibliográfico caracterizando o território municipal, a fim de definir as condições dessas temáticas na sua interação com o currículo de Geografia na rede municipal.

Desta forma, foi discutida a formação territorial do município (NARDOTO), a constituição de sua sociedade em suas diversas formas (cultural, religiosa, demográfica), a regionalização de seu espaço interno, a economia do município e sua participação na globalização em seu papel protagonista na região do extremo norte capixaba (IBGE, IJSN), o crescimento da cidade e sua centralidade através de diversas prestações de serviços (BONOMO), o uso do solo rural (FERREIRA), os aspectos físicos do município (INCAPER, Teuber Júnior) e seus impactos ambientais. Em um segundo momento essas abordagens são refletidas e categorizadas para serem temas participantes da organização curricular da rede de ensino de São Mateus. Aqui a pesquisa bibliográfica utilizou do modelo de eixos proposto pelos PCN's, na qual é respeitada a fase cognitiva do aluno e a estruturação de conteúdos onde as etapas que cada conceito deve ser adquirido pelo educando em sua evolução geográfica escolar. Articulando as temáticas mais presentes na territorialidade de São Mateus com a proposta de ensino dos PCN's, esse trabalho propõe uma série de conteúdos a serem inseridos no currículo municipal de São Mateus tais como: seus aspectos territoriais e a regionalização, seus aspectos naturais, sua urbanização, sua territorialidade rural, seus impactos ambientais e econômicos e sua participação nas redes globais.

Esses conteúdos são apresentados em quadros, onde são apontados os conceitos que aluno deve adquirir além dos conhecimentos pressupostos para o desenvolvimento da temática, o apontamento do ciclo e do eixo do PCN's a qual o tema deve se enquadrar e conseqüentemente a série no currículo municipal. Finalmente é exposto como o conteúdo da geografia local pode ser articulado com outras escalas geográficas, identificando assim como que o evento espacial mateense se apresenta nas redes globais ou em outras dinâmicas geográficas, o articulando a outros espaços. Dentro da proposta de cada conteúdo também é apresentado os sub-temas das abordagens sugeridas por esse estudo e a habilidade a ser desenvolvida pelo educando.

Esse trabalho pode vir a ser efetivado como política pública educacional para o município de São Mateus à medida que estes conteúdos locais apresentados aqui possam ser debatidos pelos professores de Geografia da rede de ensino e seus gestores, na possibilidade de sua inserção no currículo municipal. Ao mesmo tempo tal proposta suscita debates referentes ao espaço de vivência, possibilitando às instituições de ensino outras formas de aplicação dos conteúdos.

É importante ressaltar que todo currículo está se remodelando juntamente com a sociedade que se recicla cada vez mais velozmente, e essa proposta curricular se apresenta em um tempo e espaço definido, onde o contexto dessa sociedade é respeitado e as características geográficas podem ser alteradas posteriormente. Nesse sentido as abordagens apresentadas hoje se darão de outra forma no território municipal em tempos futuros e talvez a abordagem atual, ou sua forma, tenha outros elementos incorporados ou inovados no currículo.

Na perspectiva do Mestrado Profissional, foi apresentado um estudo que possibilita um novo olhar para a melhoria na educação do município de São Mateus e conseqüentemente no Desenvolvimento Regional que é o grande objetivo desse Programa de Pós-Graduação por parte de seu corpo docente e de seus alunos-pesquisadores.

## REFERÊNCIAS

APPLE, M. W. *Ideologia e currículo*. Tradução de Vinicius Figueira. 3ª ed. Porto Alegre. Artmed, 2006.

BRASIL. Lei número 9.394 de 20 de Dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *Geografia: Ensino Fundamental*; Coordenação Marísia Margarida Santiago Buitoni. Brasília, 2010.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia*. Brasília. MEC/SEF, 1998.

BONOMO, S. *Trajetórias e tendências da centralidade de São Mateus (ES): A importância de uma cidade (Sub) Regional na rede urbana capixaba*. Dissertação de Mestrado em Geografia do CCHN/UFES, 2010.

CALVINO, I. *As cidades invisíveis*. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo. Companhia das Letras, 1990.

CASTELLAR, S. (Org.). *Educação geográfica: teorias e práticas docentes*. São Paulo. Contexto, 2005.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. Tradução de Roneide Venâncio Maser. 6ª ed. São Paulo. Paz e Terra, 1999.

CASTROGIOVANNI, A. C. (Org.). *Ensino de Geografia: Prática e textualizações no cotidiano*. Porto Alegre. Mediação, 2000.

CHAUÍ, M. A contração do tempo e do espaço do espetáculo. 2010. Disponível em: <http://subjetivandoja.blogspot.com.br/2011/11/contracao-do-tempo-e-do-espaco-do.html>

CORREA, R. L. *A rede urbana*. São Paulo. Ática, 1989.

FERRAÇO, C. E. O currículo escolar. *Política educacional do estado do Espírito Santo: A educação é um direito*. SEEB/SEDU. 2004.

FERREIRA, S. R. B. *Da fartura a escassez: A agroindústria da celulose e o fim dos territórios comunais no extremo norte do Espírito Santo*. Dissertação de Mestrado em Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2002.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17ª. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

GIL, A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo. Atlas, 2002.

GIROUX, H. A. *Os professores como intelectuais: Rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Tradução de Daniel Bueno. Porto Alegre. Artes Médicas, 1997.

GOMES, P. C. C. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1996.

GORZONI, P. A solidão na multidão. *Revista Geografia-conhecimento prático*. Editora Escala Educacional. Agosto de 2010.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” a multiterritorialidade*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2004.

HALL, S. *A Identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz T. Silva e Guacira L. Louro. 10ª ed. Rio de Janeiro, 2010.

HARVEY, D. *Condição Pós Moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 17ª ed. São Paulo. Loyola, 2008.

INCAPER. Programa de assistência técnica e extensão rural. *Governo do estado do Espírito Santo*. PROATES 2011-2013.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. *Demografia e urbanização: o Espírito Santo no censo de 2010*. Vitória, ES. 2011.

LACOSTE, Y. *A Geografia, isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Tradução de Cecília França. Campinas. Papyrus, 1993.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo. Editora Centauro, 2004.

MASSEY, D. B. *Pelo espaço: Uma nova política da espacialidade*. Tradução. Hilda Pareto Maciel; Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2008.

MORAES, A.C.R. *Geografia - Pequena história crítica*. São Paulo. Hucitec, 1999.

MOREIRA, R. *O que é Geografia?*. Tatuapé. Editora Brasiliense, 2009.

NARDOTO, E.O. *Paisagens de São Mateus*. São Mateus. Jornal de São Mateus Ltda, 2004.

\_\_\_\_\_. & LIMA, H. *História de São Mateus*. São Mateus. EDAL, 1999.

PORTUGUEZ, A.P. *Consumo e espaço-turismo, lazer e outros temas*. São Paulo. Roca, 2001.

SACRISTÁN, J.G. *O currículo: Uma reflexão sobre a prática*; tradução Ernani F. da F. Rosa. 3ª. ed. Porto Alegre. Artmed, 2000.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo. Hucitec. 1996.

\_\_\_\_\_. *O espaço do cidadão*. 4ª. ed. São Paulo. Nobel. 1998.

\_\_\_\_\_. *Por uma Geografia nova*. 4ª. ed. São Paulo. Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização. Do pensamento único a consciência universal*. São Paulo. Record, 2000.

SÃO MATEUS. Lei número 583/98 de 20 de Fevereiro de 1998.

SÃO MATEUS. Secretaria Municipal de Educação. *Apostila Geografia de São Mateus*, 2013.

SÃO MATEUS. Secretaria Municipal de Educação. *Programa de ensino em Geografia – Ensino fundamental II*, 2014.

SCARIM, P.C. *A “rara” propriedade. O espaço no fim de século: A nova raridade*. Contexto, São Paulo, 1999.

SENE, E. *Globalização e espaço geográfico*. São Paulo. Contexto, 2004.

SOUZA, C.V. *Guriri: A produção do lugar*. Monografia de Graduação apresentada para a obtenção de Licenciatura em Geografia. Faculdade de Ciências Aplicadas “Sagrado Coração” UNILINHARES. Linhares, 2003.

TEIXEIRA, C. C. *(Re)Organização da beira-mar: Diferentes modos de uso e ocupação no norte do Espírito Santo*. Dissertação de Mestrado em Geografia do CCHN/UFES. 2010.

TEUBER JUNIOR, F.J. *Bacias hidrográficas do Espírito Santo*. Labor & Conceitos, Linhares, ES. V.1, n 1, pg; 39-51, 2002.

VEIGA-NETO, A. De geometrias, currículo e diferenças. *Educação e sociedade*. Ano XXIII. Agosto de 2002.

VESENTINI, J. W. (Org.). *O ensino de Geografia no século XXI*. Campinas. Papirus, 2003.

\_\_\_\_\_. *Novas geopolíticas*. 3. ed. São Paulo: Contexto. 2003.

## APÊNDICE

APÊNDICE A – Apostila Geografia de São Mateus - (Secretaria Municipal de Educação de São Mateus-ES).

## **ANEXO**

ANEXO A – Lei Municipal nº 583/98: Torna obrigatório o ensino e a inclusão da matéria “ História e Geografia do Município de São Mateus”, na grade curricular das escolas de 1º e 2º graus da rede municipal de ensino.